



Outubro/2020

Nº PROCESSO

3357/2020

**CAPA DE PROCESSO**

**INTERESSADO**

SEC DE ADMINISTRACES

**ASSUNTO**

PAGAMENTO DE MATERIAL  
( ENDOMEO )

**ANEXOS**

MEMORANDO

**OBSERVAÇÕES**

TRANSMITIDO GN 08/10/2020

Recurso : 2602-6

Data : 27/10/2020

Valor RB : 13.693,60

Comp : Transfrencia



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ARARUNA

MEMORANDO SPAFR Nº. 390/2020

Ao Excelentíssimo Prefeito Constitucional de Araruna - PB  
Sr. Vital da Costa Araújo

C/C: Gestora do Fundo Municipal de Saúde - Araruna - PB  
Sra. América Loudal Florentino Teixeira da Costa

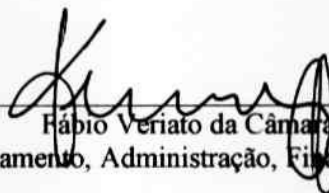
Araruna, 08 de outubro de 2020

Assunto: Pagamento de Material

Senhor Prefeito,

Com os cumprimentos, solicitamos a Vossa Excelência, autorização para empenhamento e posterior pagamento de Material Médico Hospitalar – COVID -19, para utilização nas unidades de atendimento da Secretaria de Saúde de Araruna-PB, adquirido na empresa ENDOMED COMÉRCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ 70.104.344/0001-26, no valor de R\$ 13.691,60( treze mil seiscentos e noventa e um reais e sessenta centavos), adesão de ata nº RP 001/2020 e contrato nº 011/2020.

Atenciosamente,



Fábio Veriato da Câmara  
Secretário de Planejamento, Administração, Finanças e Receita da PMA

AUTORIZADO – FMS



América Loudal Florentino  
Teixeira da Costa  
Secretária de Saúde de Araruna/PB

Verendor Cicero Soares, S/N - Centro - Amparo - PB, às 09:00 horas do dia 26 de Março de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE TACÓGRAFOS E CÂMERAS DE RE PARA VÍDEO DA FROTA MUNICIPAL. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 001. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33050036. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Amparo - PB, 13 de Março de 2020

JOSE JANILSON FERREIRA DE LIMA  
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00026/2020

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Verendor Cicero Soares, S/N - Centro - Amparo - PB, às 15:00 horas do dia 26 de Março de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 001. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33050036. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Amparo - PB, 13 de Março de 2020

JOSE JANILSON FERREIRA DE LIMA  
Pregoeiro Oficial

## Prefeitura Municipal Alcantil

### LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0260.0033/2020  
INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2020.  
HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Homologação INEXIGIBILIDADE, sugerida pela CPL desta Prefeitura, em seu expediente de 12.03.2020, referente a contratação da seguinte artista "L. WAQUÍRIA SANTOS", através de seu representante exclusivo a empresa FOA SERVIÇOS E PRODUÇÃO MUSICAL EIRELI - ME, no valor total de R\$ 30.000,00. Conforme descreve o Art. 25, III da Lei 8.666/93 e suas alterações. Publique-se.

Alcantil, 13.03.2020,

JOSÉ MILTON RODRIGUES  
Prefeito.

Publicado na íntegra DOM.

## Prefeitura Municipal de Araruna

### LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA  
ATO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA

RATIFICAÇÃO  
ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00001/2020

Veremos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Adesão a Registro de Preços nº AD00001/2020, que objetiva AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E INJETÁVEIS; RATIFICO o correspondente procedimento em favor de ENDOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS LTDA - RS 236.604.90.

Araruna - PB, 06 de fevereiro de 2020

AMÉRICA LOUDAL FLORENTINO TEIXEIRA DA COSTA  
Secretária de Saúde

### EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA

#### EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E INJETÁVEIS. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Registro de Preços nº AD00001/2020 - Ata de Registro de Preços nº 00021/2018, decorrente processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 00021/2018, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA. DOTAÇÃO: Orçamento de 2020 - Recursos Próprios do Município Outros Recursos 03.000 Fundo Municipal de Saúde 10.301.0012.2086 Coord. das atv. do prog. de atenção básica-PAB-I (X) 10.302.0012.2067 Coord. das atv. do bloco médio e alta complexidade 10.301.0012.2070 Coord. das atv. do prog. incentivo a saúde bucal 10.301.0012.2076 Coord. mant. atv. do prog. SUS/CEO - Centro de Especialidades Odontológicas 10.302.0012.2077 coord. Manut. Das atividades do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência 10.301.0012.2079 manutenção das atividades do programa PMAC 03.001 sec de saúde 10.302.0012.2080 Manut. das atv. dos serv. públ. em saúde com o FMS 10.302.0012.2086 Manutenção das atividades do pronto atendimento Elemento de despesa: 3390.30.99 Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde de Araruna e: C1 nº 00011/2020 - 10.02.20 - ENDOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS LTDA - RS 236.604.90.

Mat. Hospitalar

## Prefeitura Municipal de Areia

### EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA

#### EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição, instalação e treinamento do equipamento analisador portátil, que realiza a detecção e quantificação da concentração de aníons presentes no sangue através da metodologia de imunossorção por fluorescência (realizar o teste de Hemoglobina Glicada da Saúde do Município de Areia-PB. IT-NDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00619/2020. VIGÊNCIA: até 12.07.2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Areia e: CT Nº 00155/2020 - 12.03.20 - DIAGNÁRMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES E LAB - RS 16.500,00

## Prefeitura Municipal de Alagoa Nova

### LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00001/2020

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Santa Ana, S/N - Centro - Alagoa Nova - PB, às 09:00 horas do dia 25 de Março de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: Aquisição PARCELADA de material de construção em geral. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 139/2008. Informações: no horário das 07:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: licitacaoalagoanovair@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Alagoa Nova - PB, 13 de Março de 2020

PEDRO JORGE DE MEDEIROS FIRMINO  
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA

RETIFICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00006/2020

No aviso de adiantamento publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba nº 17.074 página 49 no dia 12.03.2020 referente ao pregão 0006/2020 que tem como objeto, AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA. Onde, se lê, para as 10:00 do dia 17 de Março de 2020 LEIA-SE, para as 10:00 do dia 20 de Março de 2020. Informações: no horário das 07:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: licitacaoalagoanovair@gmail.com.br Edital: www.tce.pb.gov.br.

Alagoa Nova - PB, 13 de março de 2020

PEDRO JORGE DE MEDEIROS FIRMINO  
Pregoeiro Oficial

## Prefeitura Municipal de Aguiar

### LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR

RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2020

Em cumprimento ao disposto no art. 109, inciso I, alínea "b", Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tornamos público o seguinte resultado: As pessoas físicas e empresa: A empresa IRAN ALVES DE SOUZA MEI, cadastrada no CNPJ nº 29.556.538/0001-69, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), e valor global de R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) para o ITEM 02, a Sr. MARIA APARLÚDA DA SILVA, portadora da RG nº 2880834 SSP-PB, CPF nº 015.125.724-89, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e valor global de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para o ITEM 18, o Sr. JOÃO GOMES FREIRES ELLIO, portador da RG nº 3825211 SSP-PB, CPF nº 104.703.564-21, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), e valor global de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para o ITEM 20, a Sr. FRANCISCA REGINA DE LACERDA, portadora da RG nº 2.325.011 SSP-PB, CPF nº 027.782.724-88, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), e valor global de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) para o ITEM 03, o Sr. JOÃO ALVES NETO, portador da RG nº 1.996.742 SSP-PB, CPF nº 020.534.404-25, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), e valor global de R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais) para o ITEM 16, a Sr. FRANCISLEI LIMA DA SILVA LACERDA, portadora da RG nº 2.037.440 SSP-PB, CPF nº 032.421.274-71, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), e valor global de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) para o ITEM 05, o Sr. YASMIM APARLÚDA RUFFINO DE LACERDA, portadora da RG nº 3978245 SSP-PB, CPF nº 700.806.594-97, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), e valor global de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) para o ITEM 06, o Sr. GERALDO SOARES DE LACERDA, portador da RG nº 648205 SSP-PB, CPF nº 162.064.444-49, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), e valor global de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) para o ITEM 09, a Sr. NILTON CÍZAR LUIZ, portador da RG nº 1609883 SSP-PB, CPF nº 000.754.974-17, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), e valor global de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para o ITEM 19, a empresa S&S LUIZ FERNANDES DA SILVA, cadastrada no CNPJ nº 29.773.992/0001-7, apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), e valor global de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) para o ITEM 12, o Sr. DAMIÃO JOSÉ DE SOUSA, portador da RG nº 1.441.054.880/9B, CPF nº 708.478.404-7.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 11 de Agosto de 2020  
**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PÁG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAÚJO

## GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 026/2020 - GAB/PREF de 11 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS  
COMPLEMENTARES PARA  
ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA  
DECORRENTE DO CORONAVÍRUS  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA  
MUNICIPAL,

Considerando a última disposição legal da lavra do  
Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no  
Decreto Estadual nº 40.289, de 30 de maio de 2020, que adotou  
medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela  
COVID-19 bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor  
privado estadual;

Considerando a Portaria nº 1233, de 29 de abril de  
2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa  
Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece  
por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo  
o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doenças  
Infecciosas Virais;

Considerando os efeitos nocivos caudados à economia  
do município de Araruna, decorrente da pandemia da COVID-19, e a  
necessidade de adoção de medidas de flexibilização a fim de  
minimizar tais prejuízos;

Considerando as medidas de flexibilização adotadas pelo  
Governo do Estado da Paraíba;

Considerando que compete ao município legislar sobre  
os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme  
estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concomitante aos  
incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna e decisão do  
Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de tutelar o interesse  
público no sentido de resguardar a saúde da população;

Considerando que a Administração Pública Municipal  
mantém seus serviços e atividades de forma ininterrupta, com  
seus servidores trabalhando com expediente interno em horário  
normal;

DECRETA:

Art. 1º - Devido à necessidade de flexibilização das  
medidas de restrição adotadas pelo Município de Araruna, com  
intuito de que a cidade retome progressivamente as suas  
atividades cotidianas, dentro do conceito denominado "Novo  
Normal", adotam-se as seguintes medidas:

I - Fica autorizado o funcionamento da Feira Livre do  
Município de Araruna a partir do dia 22 de Agosto de 2020, com  
funcionamento regulado por Decreto próprio a ser expedido pelo  
Chefe do Executivo Municipal;

II - Mantem-se obrigatório o uso de máscaras por  
parte da população em logradouros públicos e privados;

III - Os proprietários dos estabelecimentos  
comerciais em funcionamento, devem fazer cumprir as normas de  
distanciamento e higiene estabelecidas nos Decretos anteriores  
sob pena de aplicação de multa e outras medidas aplicáveis;

IV - Fica mantida a Sanitização dos Prédios Públicos  
e locais com maior fluxo de pessoas, por parte das Vigilâncias  
em Saúde.

Art. 2º - O descumprimento das determinações  
estabelecidas no presente decreto, acarretará ao infrator pessoa  
física a aplicação de multa no valor de R\$ 150,00 e à pessoa  
jurídica o valor de R\$ 300,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua  
publicação, vigorando até 31 de agosto de 2020.

Publique-se.

  
Vital da Costa Araújo

Prefeito Constitucional

DECRETO Nº 027/2020 - GAB/PREF de 11 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS  
COMPLEMENTARES PARA  
ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA  
DECORRENTE DO CORONAVÍRUS  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA  
MUNICIPAL,

Considerando a última disposição legal da lavra do  
Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no  
Decreto Estadual nº 40.289, de 30 de maio de 2020, que adotou  
medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela  
COVID-19 bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor  
privado estadual;

Considerando a Portaria nº 1233, de 29 de abril de  
2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa  
Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece  
por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo  
o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doença  
Infecciosas Virais;



**Considerando** os efeitos nocivos causados à economia do município de Araruna, decorrente da pandemia da COVID-19, e a necessidade de adoção de medidas de flexibilização a fim de minimizar tais prejuízos;

**Considerando** as medidas de flexibilização adotadas pelo Governo do Estado da Paraíba;

**Considerando** que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concomitante aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna e decisão do Supremo Tribunal Federal;

**Considerando** a necessidade de tutelar o interesse público no sentido de resguardar a saúde da população;

**Considerando** que a Administração Pública Municipal mantém seus serviços e atividades de forma ininterrupta, com seus servidores trabalhando com expediente interno em horário normal;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Devido à necessidade de flexibilização das medidas de restrição adotadas pelo Município de Araruna, com intuito de que a cidade retome progressivamente as suas atividades cotidianas, dentro do conceito denominado "**Novo Normal**", fica liberada a realização de Feira Livre a partir do dia 22 de agosto de 2020, com a adoção do seguinte formato:

**I** - Ficam autorizados a participar da Feira Livre acima mencionada, apenas os feirantes residentes no Município de Araruna - PB, previamente cadastrados junto a Prefeitura Municipal no período compreendido de 12 a 19 de agosto de 2020, ação que será amplamente divulgada.

**II** - Só será permitida a comercialização de gêneros alimentícios;

**III** - As bancas para comercialização dos produtos serão instaladas em 02 (duas) filas situadas no centro das Ruas Benedito Fialho, Sérgio Novais da Fonseca, Francisco Fialho, Antonio Carneiro e Arnulfo Gomes, com uma distância de 1,70 metros entre cada uma, a fim de garantir espaço para os feirantes trabalharem e com distanciamento mínimo de 02 (dois) metros do meio fio; as bancas serão instaladas com distância de 02 (dois) metros entre cada uma; ficam as calçadas e frente dos comércios desobstruídas, a fim possibilitar a livre circulação das pessoas.

**IV** - Será obrigatório a utilização de máscaras pelos comerciantes e usuários;

**V** - Será disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Araruna para cada comerciante, 02 (duas) máscaras e 01 (uma) toca;

**VI** - Cada comerciante deverá disponibilizar em sua respectiva banca álcool 70%.

**Art. 2º** - O descumprimento das determinações estabelecidas no presente decreto, acarretará ao infrator (comerciante ou usuário) a aplicação de multa prevista nos Decretos Municipais relacionados a COVID - 19, sendo a fiscalização realizada pelas equipes constituídas por servidores da Edilidade designados para tal fim.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até posterior alteração.

Publique-se.

Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 31 de Julho de 2020

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PAG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAUJO

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 025/2020 - GAB/PREF de 31 de julho de 2020.

**DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS COMPLEMENTARES PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

Considerando a última disposição legal da lavra do Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no Decreto Estadual nº 40.304, de 12 de junho de 2020, que adotou o "NOVO NORMAL" com medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual;

Considerando a Portaria nº 1233, de 29 de abril de 2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais;

Considerando os efeitos nocivos caudados à economia do município de Araruna, decorrente da pandemia da COVID-19, e a necessidade de adoção de medidas de flexibilização a fim de minimizar tais prejuízos;

Considerando as medidas de flexibilização adotadas pelo Governo do Estado da Paraíba e deste Município deste o último diploma normativo;

Considerando que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado da Paraíba, concomitante aos incisos II, V, VII e VIII do art. 30 da Carta Magna e decisão do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de tutelar o interesse público no sentido de resguardar a saúde da população;

Considerando que a Administração Pública Municipal mantém seus serviços e atividades de forma ininterrupta, com seus servidores trabalhando com expediente interno em horário normal;

DECRETA:

Art. 1º - Devido à necessidade de novas flexibilizações das medidas de restrição adotadas pelo Município de Araruna, com intuito de que a cidade continue a retomar progressivamente as suas atividades cotidianas, dentro do conceito denominado "Novo Normal", adotam-se as seguintes medidas:

I - Fica mantido a autorização para funcionamento de Hotéis e Pousadas, seguindo os protocolos adotados pelo Governo do Estado;

II - Fica autorizado a abertura de bares, restaurantes e lanchonetes com acesso ao público, devendo estas adotarem as seguintes determinações e orientações:

a) O funcionamento dos estabelecimentos que trata o inciso II deste artigo terá início a partir de 05/08/2020.

a) Os bares, restaurantes e lanchonetes deverão funcionar com 50% da capacidade máxima do público que o estabelecimento comporta, devendo existir um distanciamento mínimo de (1,5m) um metro e meio de distância entre as mesas como medida de segurança.

b) O horário de funcionamento desses estabelecimentos que trata o inciso II, será limitado até as 22h00.

c) Fica proibido apresentações artísticas de cunho musical nos bares, restaurantes e lanchonetes.

Art. 2º - Fica autorizado o funcionamento das academias de ginástica, com as seguintes restrições:

I - Os proprietários das academias de ginástica deverão disponibilizar todos os EPI's necessários aos funcionários do estabelecimento, bem como a higienização destas nas máquinas e equipamentos instalados, dando segurança aos usuários.

II - O atendimento ao público se dará por agendamento, onde não poderá exceder o máximo de 05 (cinco) pessoas por hora simultaneamente.

III - O horário de funcionamento se dará das 05h00 às 20h00.

IV - As pessoas que frequentam as academias de ginástica, deverão fazer uso obrigatório de máscara e portar consigo água potável e álcool gel ou álcool 70%.

Art. 3º - Os proprietários dos estabelecimentos comerciais com autorização para funcionamento, devem fazer cumprir as normas de distanciamento e higiene estabelecidas nos Decretos anteriores, sob pena de aplicação de multa e outras medidas aplicáveis;

I - O descumprimento das determinações estabelecidas no presente decreto, acarretará ao infrator pessoa física a aplicação de multa no valor de R\$ 150,00 e à pessoa jurídica o valor de R\$ 300,00.

II - Mantem-se obrigatório o uso de máscaras por parte da população em logradouros públicos e privados;

III - Fica mantida a Sanitização dos Prédios Públicos e locais com maior fluxo de pessoas, por parte das Vigilâncias em Saúde.

Art. 4º - Permanece a proibição relativa ao funcionamento das feiras livres, bem como aglomerações em praças;

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até 15 de agosto de 2020.

Publique-se.

  
Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 16 de Julho de 2020

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PAG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAUJO

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 024/2020 - GAB/PREF de 16 de julho de 2020.

**DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS  
COMPLEMENTARES PARA  
ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA  
DECORRENTE DO CORONAVÍRUS  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA  
MUNICIPAL,**

**Considerando** a última disposição legal da lavra do Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no Decreto Estadual nº 40.289, de 30 de maio de 2020, que adotou medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual;

**Considerando** a Portaria nº 1233, de 29 de abril de 2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais;

**Considerando** os efeitos nocivos caudados à economia do município de Araruna, decorrente da pandemia da COVID-19, e a necessidade de adoção de medidas de flexibilização a fim de minimizar tais prejuízos;

**Considerando** as medidas de flexibilização adotadas pelo Governo do Estado da Paraíba;

**Considerando** que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concomitante aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna e decisão do Supremo Tribunal Federal;

**Considerando** a necessidade de tutelar o interesse público no sentido de resguardar a saúde da população;

**Considerando** que a Administração Pública Municipal mantém seus serviços e atividades de forma ininterrupta, com seus servidores trabalhando com expediente interno em horário normal;

DECRETA:

**Art. 1º** - Devido à necessidade de flexibilização das medidas de restrição adotadas pelo Município de Araruna, com intuito de que a cidade retome progressivamente as suas atividades cotidianas, dentro do conceito denominado "Novo Normal", adotam-se as seguintes medidas:

**I** - Fica autorizado o funcionamento de Hotéis e Pousadas, seguindo os protocolos adotados pelo Governo do Estado;

**II** - Mantem-se a proibição de funcionamento de bares, restaurantes, lanchonetes, devendo estes manter o funcionamento através de delivery;

**III** - Permanece a proibição relativa ao funcionamento das academias de ginásticas e as feiras livres, bem como aglomerações em praças;

**IV** - Mantem-se obrigatório o uso de máscaras por parte da população em logradouros públicos e privados;

**V** - Os proprietários dos estabelecimentos comerciais com autorização para funcionamento, devem fazer cumprir as normas de distanciamento e higiene estabelecidas nos Decretos anteriores, sob pena de aplicação de multa e outras medidas aplicáveis;

**VI** - Fica mantida a Sanitização dos Prédios Públicos e locais com maior fluxo de pessoas, por parte das Vigilâncias em Saúde.

**Art. 2º** - Passam a integrar o Comitê Gestor de Crise representantes da Polícia Civil, Conselho Tutelar e Pastoral da Criança.

**Art. 3º** - O descumprimento das determinações estabelecidas no presente decreto, acarretará ao infrator pessoa física a aplicação de multa no valor de R\$ 150,00 e à pessoa jurídica o valor de R\$ 300,00.

**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de publicação, vigorando até 31 de julho de 2020.

Publique-se.

  
Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 01 de Julho de 2020  
**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PÁG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAÚJO

## GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 023/2020 - GAB/PREF de 01 de julho de 2020.

**DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS  
COMPLEMENTARES PARA  
ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA  
DECORRENTE DO CORONAVÍRUS  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA  
MUNICIPAL,**

**Considerando** a última disposição legal da lavra do Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no Decreto Estadual nº 40.289, de 30 de maio de 2020, que adotou medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual;

**Considerando** a Portaria nº 1233, de 29 de abril de 2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais;

**Considerando** os efeitos nocivos caudados à economia do município de Araruna, decorrente da pandemia da COVID-19, e a necessidade de adoção de medidas de flexibilização a fim de minimizar tais prejuízos;

**Considerando** as medidas de flexibilização adotadas pelo Governo do Estado da Paraíba;

**Considerando** que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concomitante aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 3º da Carta Magna e decisão do Supremo Tribunal Federal;

**Considerando** a necessidade de tutelar o interesse público no sentido de resguardar a saúde da população;

**Considerando** que a Administração Pública Municipal mantém seus serviços e atividades de forma ininterrupta, com seus servidores trabalhando com expediente interno em horário normal;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Devido à necessidade de flexibilização das medidas de restrição adotadas pelo Município de Araruna, com intuito de que a cidade retome progressivamente as suas atividades cotidianas, dentro do conceito denominado "Novo Normal", ficam as seguintes medidas:

I - Fica autorizado o funcionamento de comércio em geral, com a necessidade de atendimento das medidas estabelecidas nos decretos anteriores, ficando a Vigilância Sanitária incumbida da fiscalização nos estabelecimentos.

II - Fica autorizado o funcionamento dos Salões de beleza e barbearias, através de atendimento por agendamento, devendo os proprietários atender um único cliente por vez.

III - Mantem-se a proibição de funcionamento de bares, restaurantes e lanchonetes, devendo estes manter o funcionamento através de delivery.

IV - Permanece a proibição relativa ao funcionamento das academias de ginásticas e as feiras livres, bem como aglomerações de vias públicas e praças.

V - Fica autorizado o funcionamento de templos religiosos e respectivos cultos/celebrações, no limite de até 30% da capacidade de cada templo.

**Art. 2º** - A ação de combate relativa às barreiras sanitárias, fica substituída por Equipes móveis que atuarão em pontos diversos do município, realizando a entrega de máscaras, aferição de temperatura e orientações diversas, inclusive com competência de encaminhar casos suspeitos às unidades de saúde.


**Art. 3º** - Fica mantida a Sanitização dos Predios Públicos e locais com maior fluxo de pessoas, por parte da Vigilâncias em Saúde.

**Art. 4º** - Mantem-se obrigatório o uso de máscaras por parte da população, em logradouros públicos e privados.

**Art. 5º** - O descumprimento das determinações estabelecidas no presente decreto, acarretará ao infrator pessoa física a aplicação de multa no valor de R\$ 150,00 e à pessoa jurídica o valor de R\$ 300,00.

**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até 15 de julho de 2020.

Publique-se.

  
Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 19 de Junho de 2020

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PAG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAÚJO

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 020/2020 - GAB/PREF de 19 de junho de 2020.

**"ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO AO ORÇAMENTO DE 2020, PARA FINS DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONA-VÍRUS, MITIGAÇÃO DE SEUS EFEITOS FINANCEIROS DECORRENTES DA CRISE NA SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARUNA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pelo Art. 22, § 8º, inciso II, da Constituição do Estado da Paraíba, pela Lei Orgânica do Município de Araruna e considerando o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, nos artigos 40, III e 44 da Lei Federal nº 4.320, de 1964,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do Corona-vírus, responsável pelo surto de 2019 (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 10.282/2020, de 20 de março de 2020, que regulamentou a Lei Federal nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO que em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS, decretou a disseminação do novo corona-vírus, como uma pandemia mundial, oficialmente conhecida como COVID-19;

CONSIDERANDO a situação de Estado de "Calamidade Pública" declarada no Município de Araruna por meio do Decreto nº 11/2020, 07 de abril de 2020, devidamente reconhecido pelo Decreto Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, nº 257/2020, de 08 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 173/20, de 27/05/2020, que "Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento do Corona-Vírus SARS-CoV-2 (COVID-10), Altera a Lei Complementar nº 101, de 04/04/2000 e dá outras providências";

CONSIDERANDO as ações e medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Corona-vírus (COVID19), que já estão sendo e virão a ser implementadas e desenvolvidas pelo município, de enfrentamento da emergência em Saúde Pública de importância internacional, decorrente da pandemia do novo Corona-vírus (COVID-19), e tendo em vista a necessidade de adoção de medidas urgentes, imprescindíveis e inadiáveis para o enfrentamento dos riscos de contágio da doença;

CONSIDERANDO a necessidade de assistir de forma eficiente e eficaz a população atingida pela quarentena decretada nos serviços públicos nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social, Infraestrutura e Serviço Urbanos e Administração em geral, necessária para controle ao contágio da doença COVID-19, pelo distanciamento social, dentre outras limitações impostas pelas autoridades competentes, bem como dos impactos causados na finanças públicas com o redirecionamento de metas prioridades, para suprir os efeitos provocados pelas ações e serviços necessários ao combate de proliferação dessa pandemia;

CONSIDERANDO ainda o disposto pelo art. 44 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que versa sobre a abertura de crédito extraordinário.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, por meio de ato próprio **Crédito Extraordinário** à vigente Lei Orçamentária Anual (LOA-2020, nº 034/2019, de 30/12/2019), visando à inclusão ou o fortalecimento de Elementos de Despesas e classificações funcionais programáticas, nas ações já existentes no orçamento vigente de 2020, objetivando a continuidade ao atendimento de políticas públicas e suprimentos necessários à população em geral, em especial com a doação de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene pessoal, aquisição de medicamentos e insumos, equipamentos de Proteção Individual (EPI's), contratação de serviços e de pessoal, entre outras ações e necessidades básicas e elementares no enfrentamento dessa emergência e Saúde Pública, como também, amenizar os efeitos financeiros prejudicados pela crise econômica e social, decorrentes em detrimento à pandemia pelo contágio do Corona-vírus (COVID 19).

**Parágrafo Único.** A autorização de que trata o caput deste artigo permite a abertura de créditos extraordinários até o montante de **R\$ 1.828.188,69 (Um milhão, oitocentos vinte e oito mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos)**, os quais, de acordo com a LC nº 173/20 serão creditados em 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas.

Art. 2º. Os recursos de que trata o parágrafo anterior deverá cobrir despesas com aquisição de cestas básicas, gêneros alimentícios da merenda escolar, material de limpeza e higiene pessoal e de outras necessidades básicas inerentes, a serem distribuídos com a população carente e de baixa renda, bem como, outras despesas decorrentes da crise econômica e social, provocada pela pandemia do Corona-Vírus (COVID-19).

**Parágrafo Único.** Para a finalidade apresentada ficam reforçados ou incluídos no orçamento vigente de 2020 nos seguintes elementos de despesas, os valores abaixo indicados:


<b>02.010 - GABINETE DO PREFEITO</b>	
04 122 0002 2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	
4493.51 - Obras e Instalações (Elemento de Despesa existente)	R\$ 5.300,00
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 5.300,00</b>
<b>02.020 - SEC DE PLANEJAMENTO, ADMINST, FINANÇAS E REC. MUNICIPAL</b>	
04 122 0001 1004 - REFORMA E AMPLIAR PRÉDIO DO CENTRO ADMINST. E ANEXOS	
4493.51 - Obras e Instalações (Elemento de Despesa existente)	R\$ 207.933,00
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 207.933,00</b>
<b>04 122 0002 2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES COORD. ADMINISTRATIVA REGIONAL</b>	
3393.36 - Material de Consumo (Elemento de Despesa existente)	R\$ 1.000,00
3393.39 - Outros Serv. de Terceiros - P. Jurídica (Elemento de Despesa existente)	R\$ 45.149,31
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 46.149,31</b>
<b>02.050 - SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E LAZER</b>	
12 361 0005 1005 - CONST. AMPLIAR, REFOR. E EQUIPAR UNID. ESCOL. -ENS.FUNDAMENTAL	
4493.51 - Obras e Instalações (Elemento de Despesa existente)	R\$ 270.000,00
4493.52 - Equipamento e Material Permanente (Elemento de Despesa existente)	R\$ 50.000,00
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 320.000,00</b>
12 365 0004 1007 - CONST. AMPLIAR, REFOR. E EQUIPAR UNID. ESCOL. -ENS.INFANTIL	
4493.51 - Obras e Instalações (Elemento de Despesa existente)	R\$ 270.000,00
4493.52 - Equipamento e Material Permanente (Elemento de Despesa existente)	R\$ 184.000,00
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 454.000,00</b>
<b>02.070 - SEC. DE CIDADANIA, TRABALHO ASSIST. SOCIAL E JURÍDICA - FMAS</b>	
08 244 0033 2036 - AMPARAR E PRESTAR ASSIST. A COMUNIDADES	
3393.32 - Material, Insumos ou Serv. p/ Distrito, Grat. (Elemento de Despesa existente)	R\$ 519.500,00
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 519.500,00</b>

<b>02.000 - SEC. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
15 452 0001 1020 - CONST.AMPL.DE PRAÇAS, CALÇADAS, JARDINS E ARBORIZAÇÃO	
449C.51 - Obras e Instalações (Elemento de Despesa existente)	R\$ 95.000,00
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 95.000,00</b>
<b>03.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
10 202 0012 1007 - COORD.DAS ATIV.DO BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
449C.51 - Material de Consumo (Elemento de Despesa existente)	R\$ 43.543,35
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 43.543,35</b>
<b>03.001 - SEC. DE SAÚDE</b>	
10 201 0017 1048 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE ACADEMIA DE SAÚDE	
449C.51 - Obras e Instalações (Elemento de Despesa existente)	R\$ 190.000,00
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 190.000,00</b>
10 202 0012 1054 - REEQUIPAR UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE E SECRETARIA	
449D.52 - Equipamentos e Material Permanente (Elemento de Despesa novo)	R\$ 20.000,00
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 210.000,00</b>
449D.52 - Equipamentos e Material Permanente (Elemento de Despesa novo)	R\$ 30.000,00
<b>Total da Ação</b>	<b>R\$ 30.000,00</b>
<b>Total Geral do Crédito Extraordinário</b>	<b>R\$ 1.828.188,69</b>

**Art. 3º** - Servirá de recursos para a abertura de crédito adicional extraordinário previsto no Art. 1º deste Decreto, o valor proveniente de excesso de arrecadação oriundo de transferência de recurso especial para enfrentamento do COVID 19 e para a mitigação dos efeitos financeiros decorrentes, conforme Lei Complementar nº 173/20, de 27/05/2020.

**Art. 4º** - Nos termos do § 4º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, para fins da apuração de eventual excesso de arrecadação durante o exercício financeiro de 2020, deverá ser deduzido o valor do crédito extraordinário de que trata o art. 1º deste Decreto.

**Art. 5º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser dado imediato conhecimento do seu conteúdo ao Poder Legislativo.

  
Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional

DECRETO Nº 021/2020 - GAB/PREF de 19 de junho de 2020.

**DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, RELATIVO AO FERIADO RELIGIOSO DE SÃO JOÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Art. 41, Inc. V da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** o período alusivo à data comemorativa de São João, e a religiosidade do nosso povo;

**CONSIDERANDO** ainda, que os eventos culturais relativo ao período junino estão cancelados ante a pandemia provocada pelo COVID-19, conforme preconiza o Decreto nº 019/2020,

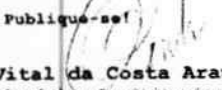
**DECRETA:**

**Art. 1º** - Em razão do feriado religioso relativo a São João, fica estabelecido o seguinte horário de funcionamento nas Secretarias e demais órgãos da Administração Pública Municipal:

- I - Dia 22 de Junho: expediente normal das 08h às 14h;
- II - Dia 23 de Junho: Ponto facultativo;
- III - Dia 24 de Junho: feriado;

**Art. 2º** - O disposto neste Decreto não se aplica aos órgãos da Administração Pública Municipal, que por sua natureza tenham necessidade de funcionamento ininterrupto (**serviços essenciais**).

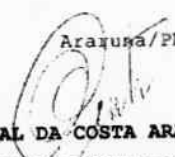
**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se!  
  
Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO:**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e por demais legislações pertinentes, mediante pedido formulado em processo administrativo nº 1719/2020 **DEFERI EM PARTE**, o pedido de licença para concorrer às eleições vindouras, para a servidora **LEANDRA DE AVELA MACEDO OLIVEIRA**, agente comunitário de saúde - aux. matrícula nº 716, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. A licença será sem remuneração, no período que compreende entre 04 de julho de 2020 até a data do efetivo registro de candidatura, conforme prevê o art. 81, §§ 1º e 2º, a Lei Municipal nº 27/2010.

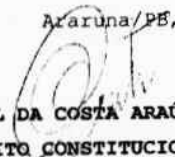
Araruna/PB, 17 de junho de 2020

  
VITAL DA COSTA ARAÚJO  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO:**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e por demais legislações pertinentes, mediante pedido formulado em processo administrativo nº 1711/2020 **DEFERI EM PARTE**, o pedido de licença para concorrer às eleições vindouras, para a servidora **MARIA DAS VITOR GALDINO FERNANDES**, aux. de consultório dentário - aux. matrícula nº 9690, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. A licença será sem remuneração, no período que compreende entre 04 de julho de 2020 até a data do efetivo registro de candidatura, conforme prevê o art. 81, §§ 1º e 2º, a Lei Municipal nº 27/2010.

Araruna/PB, 17 de junho de 2020

  
VITAL DA COSTA ARAÚJO  
PREFEITO CONSTITUCIONAL



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 16 de Junho de 2020  
**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PÁG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAÚJO

## GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 019/2020 - GAB/PREF de 16 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS  
EMERGENCIAIS COMPLEMENTARES  
PARA ENFRENTAMENTO DA  
PANDEMIA DECORRENTE DO  
CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

Considerando a última disposição legal da lavra do Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no Decreto Estadual nº 40.320, de 13 de junho de 2020, que adotou medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual:

Considerando a Portaria nº 1233, de 29 de abril de 2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais;

Considerando a necessidade de adoção de providências no sentido de evitar a disseminação da COVID-19, com a manutenção do isolamento social, tendo em vista o número elevado de casos confirmados e de vítimas fatais por consequência do coronavírus;

Considerando que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concomitante aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna e decisão do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de tutelar o interesse público no sentido de resguardar a saúde da população;

Considerando que a Administração Pública Municipal mantém seus serviços e atividades de forma ininterrupta, com seus servidores trabalhando com expediente interno em horário normal;

DECRETA:

**Art. 1º** - Diante da necessidade de conservação das medidas de restrição adotadas pelo Município de Araruna com o objetivo de prevenir o contágio pela COVID-19, ficam prorrogadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 17/2020 até o dia 30 de junho de 2020.

**Art. 2º** - Mantém-se o funcionamento diário das barreiras sanitárias na PB 111 (Tacima/Araruna/Cacimba de Dentro/Araruna), no horário das 08h às 14h, e nos finais de semana no horário das 06:00h às 12:00h.

**Art. 3º** - Ficam canceladas as festividades públicas comemorativas de São João e São Pedro.

**Art. 4º** - Fica estabelecida a proibição do acendimento de fogueiras e a queima de fogos de artifício, em todos os espaços públicos e privados das zonas urbana e rural do Município de Araruna durante o período junino.

**Parágrafo único** - Tal proibição objetiva evitar a aglomeração de pessoas, bem como inibir o surgimento de problemas respiratórios provocados pela fumaça, considerado como agravante de casos de COVID - 19.

**Art. 5º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 02 de Junho de 2020

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PÁG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAÚJO

### GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 024/2020 GAB/PREF

Araruna-PB, 02 de junho de 2020.

INSTITUI	NORMATIZAÇÃO	NAS
ATIVIDADES	MEIO E FINS	NO
MATADOURO	PÚBLICO	DE
ARARUNA/PB	E DÁ	OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.		

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso V a Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que preconiza TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, nos autos do Inquérito Civil nº 000668.2019.13.000/8, firmado entra a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

Considerando a necessidade de normatizar o acesso e trabalho de menores de 18 anos nas dependências do Matadouro Público Municipal em atividade caracterizadora de trabalho infantil,

Considerando o que preconiza a CRFB/88 em seus art's. 1º, 3º e 7º, XXXIII, c/c art. 5º e 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), que estabelece que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - PROIBIR o trabalho e acesso de menores de 18 anos (dezoito) anos no matadouro público municipal, a fim de impedir a exploração da mão de obra de crianças e adolescentes.

**Art. 2º** - Fica determinado o uso obrigatório de EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, aos profissionais devidamente cadastrados e/ou funcionários públicos, para operar no abate dos animais.

**Art. 3º** - O município disponibilizará meio de transporte adequado para o tráfego de perecíveis.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vital da Costa Araújo

Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 025/2020 GAB/PREF

Araruna, 02 de junho de 2020.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o Art. 41; Inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE exonerar a pedido JOSÉ VALQUE ANONINONDAS, ocupante do cargo em comissão de Assessor. Símbolo CC-5, lotado no Gabinete do Prefeito, do Município de Araruna, Estado da Paraíba.

A presente Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Vital da Costa Araújo

Prefeito Constitucional

DECRETO Nº 017/2020 - GAB/PREF de 01 de junho de 2020.

DISPÕE	SOBRE	MEDIDAS
EMERGENCIAIS		
COMPLEMENTARES		PAR.
ENFRENTAMENTO	DA PANDEMI	
DECORRENTE	DO CORONAVIRU	
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

Considerando a última disposição legal da lavra d Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada n Decreto Estadual nº 40.289, de 30 de maio de 2020, que adota medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pel COVID-19 bem como sobre recomendações aos municípios e ao seto privado estadual;

Considerando a Portaria nº 1233, de 29 de abril d 2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em tod o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doença Infecciosas Virais;

Considerando a necessidade de adoção de providência no sentido de evitar a disseminação da COVID-19, com manutenção do isolamento social, tendo em vista o número elevad de casos confirmados e de vítimas fatais por consequência c coronavirus;



Considerando que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concomitante aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna e decisão do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de tutelar o interesse público no sentido de resguardar a saúde da população;

Considerando que a Administração Pública Municipal mantém seus serviços e atividades de forma ininterrupta, com seus servidores trabalhando com expediente interno em horário normal;

**DECRETA:**

Art. 1º - Diante da necessidade de conservação das medidas de restrição adotadas pelo Município de Araruna com o objetivo de prevenir o contágio pela COVID-19, ficam prorrogadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 16/2020 até o dia 15 de junho de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

  
Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 18 de Maio de 2020  
**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PÁG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAÚJO

## GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 016/2020 - GAB/PREF de 18 de maio de 2020.

**DISPÕE SOBRE MEDIDAS  
EMERGENCIAIS  
COMPLEMENTARES PARA  
ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA  
DECORRENTE DO CORONAVÍRUS  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA  
MUNICIPAL,

**Considerando** a última disposição legal da lavra do  
Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no  
Decreto Estadual nº 40.242, de 16 de maio de 2020, que adotou  
medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela  
COVID-19 bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor  
privado estadual;

**Considerando** a Portaria nº 1233, de 29 de abril de  
2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa  
Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece  
por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo  
o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doenças  
Infecciosas Virais;

**Considerando** a necessidade de adoção de providências  
no sentido de evitar a disseminação da COVID-19, com a  
manutenção do isolamento social, tendo em vista o número elevado  
de casos confirmados e de vítimas fatais por consequência do  
coronavírus;

**Considerando** que compete ao município legislar sobre  
assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme  
estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concomitante  
aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna e  
a decisão do Supremo Tribunal Federal;

**Considerando** a necessidade de tutelar o interesse  
público no sentido de resguardar a saúde da população;

**Considerando** que a Administração Pública Municipal  
atém seus serviços e atividades de forma ininterrupta, com  
seus servidores trabalhando com expediente interno em horário  
normal;

DECRETA:

**Art. 1º** - Diante da necessidade de conservação das  
medidas de restrição previstas nos Decretos Municipais nºs  
07/2020, 08/2020, 09/2020 e 011/2020 (Decreto Municipal  
reconhecido através de Decreto Legislativo nº 257, de 08 de  
abril de 2020, expedido pela Assembleia Legislativa do Estado da  
Paraíba, que reconheceu o Estado de Calamidade Pública no  
Município de Araruna), ficam mantidas as suspensões das  
atividades relacionadas nos mencionados Decretos Municipais.

**Parágrafo único** - Ficam prorrogados até o final da  
pandemia da Covid-19, os prazos de vigência dos Decretos  
Municipais 09/2020, 13/2020 e 14/2020.

**Art. 2º** - No lapso temporal compreendido da data de  
publicação do presente decreto até o dia 02 de junho de 2020,  
serão instaladas barreiras sanitárias na PB 111  
(Tacima/Araruna/Cacimba de Dentro/Araruna) no horário das 08h às  
14h.

**Parágrafo único** - A fiscalização ficará a cargo da  
Secretaria Municipal de Saúde através de seus servidores.

**Art. 3º** - Fica determinada a realização de aulas  
remotas para os alunos da rede municipal de ensino, a ser  
regulamentada pela Secretaria Municipal de Educação, ficando  
recomendado às instituições privadas a adotarem o mesmo  
procedimento.

**Art. 4º** - Continua suspenso o funcionamento de  
Academias e Salões de Beleza no âmbito do Município de Araruna-  
PB, ficando os proprietários dos estabelecimentos que  
descumprirem tal determinação, sujeitos a aplicação das sanções  
estabelecidas no Decreto Municipal nº 013/2020.

**Art. 5º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua  
publicação, vigorando até o dia 02 de junho de 2020.

Publique-se.

Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 02 de Maio de 2020

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PÁG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAÚJO

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 014/2020 - GAB/PREF de 02 de maio de 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS  
EMERGENCIAIS  
COMPLEMENTARES AO DECRETO  
Nº 013/2020 PARA  
ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA  
DECORRENTE DO CORONAVÍRUS  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA  
MUNICIPAL,

Considerando a última disposição legal da lavra do  
Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no  
Decreto Estadual nº 40.217, de 02 de maio de 2020, que altera o  
prazo de validade das restrições emergenciais impostas para o  
combate ao COVID-19;

Considerando a Portaria nº 1233, de 29 de abril de  
2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa  
Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece  
por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo  
o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doenças  
Infecciosas Virais;

Considerando a necessidade de adoção de providências no sentido  
de evitar a disseminação da COVID-19, com a manutenção do  
isolamento social, tendo em vista o número elevado de casos  
confirmados e de vítimas fatais por consequência do coronavírus;

Considerando que compete ao município legislar sobre  
os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme  
estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concomitante  
aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna e  
decisão do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de tutelar o interesse  
público no sentido de resguardar a saúde da população;

Considerando que a Administração Pública Municipal  
mantém seus serviços e atividades de forma ininterrupta, com  
seus servidores trabalhando com expediente interno em horário  
normal;

Considerando ainda, que as diversas Comissões  
constituídas por esta Edilidade devem cumprir prazos  
estabelecidos pela legislação, e tendo como exceção atender aos  
servidores vinculados a procedimentos administrativos em  
tramitação neste município,

DECRETA:

Art. 1º - Diante da necessidade de conservação das  
medidas de restrição previstas nos Decretos Municipais nºs  
07/2020, 08/2020, 09/2020, além de Decreto Municipal de  
Calamidade Pública nº 11/2020, reconhecido através de Decreto  
Legislativo nº 257, de 08 de abril de 2020, expedido pelo  
Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que reconheceu o  
Estado de Calamidade Pública no Município de Araruna, e por  
último o Decreto Municipal nº 0013/2020, ficam mantidas as  
suspensões das atividades relacionadas nos Decretos Municipais  
mencionados.

Art. 2º - Ficam mantidos na íntegra todos os artigos  
que integram o Decreto nº 013/2020.

Art. 3º - Fica mantida a suspensão do calendário das  
escolas da rede municipal de ensino, como também fica proibida a  
retomada das aulas presenciais nas instituições privadas de  
ensino, localizadas neste município.

Art. 4º - Fica restabelecido os prazos dos processos  
administrativos que tramitam nas Comissões de Sindicância e  
Inquérito Administrativo Disciplinar.

Parágrafo Único. Os setores de Recursos Humanos e  
Procuradoria Jurídica, ficam autorizados a receber os servidores  
que são partes nos procedimentos das Comissões acima  
referenciadas.

Art. 5º - O uso de máscaras será obrigatório a todos  
os servidores e população em geral que estejam nas repartições e  
órgãos da administração municipal.

Art. 6º - Torna-se obrigatório a exigência de  
máscaras para os funcionários e clientes no interior do comércio  
que esteja autorizado seu funcionamento.

Art. 7º - Fica permitido o funcionamento de Óticas,  
por tratar-se de estabelecimento que comercializa produto  
médico, classificado com sendo serviço essencial.

Parágrafo Único. Os proprietários de óticas devem  
cumprir com as determinações instadas neste decreto, com  
atendimento aos clientes de forma agendada e individualizada,  
vedando-se aglomerações.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua  
publicação, vigorando até o dia 18 de maio de 2020.

Publique-se.

Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 18 de Abril de 2020  
ATOS DO PODER EXECUTIVO

PÁG 01

## GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE ARARUNA - PARAÍBA

SECRETO Nº 013/2020 - GAB/PREF de 18 de abril de 2020.

### DISPÕE SOBRE MEDIDAS EMERGENCIAIS COMPLEMENTARES AO DECRETO Nº 09/2020 PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

Considerando a última disposição legal de lavra do Excm. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no Decreto Estadual nº 40.188, de 17 de abril de 2020, que altera o prazo de validade das restrições emergenciais impostas para o combate ao COVID-19;

Considerando a necessidade de adoção de providências no sentido de evitar a disseminação da COVID-19, com a manutenção do isolamento social;

CONSIDERANDO que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concorrentemente aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna;

CONSIDERANDO a necessidade de tutelar o interesse público no sentido de resguardar a saúde da população;

### DECRETA:

Art. 1º - Diante da necessidade de conservação das medidas de restrição previstas nos Decretos Municipais nºs 05/2020 e 09/2020, além de Decreto Municipal de Calamidade Pública nº 11/2020, aprovado através do Decreto Legislativo nº 257, de 08 de abril de 2020, expedido pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que reconheceu o Estado de Calamidade Pública no Município de Araruna, ficam mantidas as suspensões das atividades relacionadas nos Decretos Municipais mencionados.

Art. 2º - Fica estabelecido como dever e responsabilidade do responsável legal pelas agências bancárias, casas lotéricas, correspondentes bancários e demais estabelecimentos comerciais, cujo funcionamento foi autorizado pelo Decreto Municipal nº 09/2020, evitar a aglomeração de pessoas, estabelecendo um fluxo de atendimento contínuo, com entrada e saída de clientes, observando o limite máximo de pessoas nas áreas livres de circulação, mantendo a distância mínima de 02 (dois) metros entre elas.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrer aglomeração de pessoas nas portas dos estabelecimentos comerciais, é dever de seu responsável legal organizar as filas externas para que as pessoas mantenham 02 (dois) metros de distância, inclusive com a colocação de indicadores no piso.

Art. 3º - Levando-se em consideração que vários Programas Sociais do Governo Federal são pagos em casas lotéricas, inclusive auxílio financeiro instituído em função da pandemia do COVID-19, e a fim de evitar aglomeração de pessoas, fica interdita a Rua Antônio Carneiro, Centro, Araruna-PB, logradouro onde funciona a única Casa Lotérica do município, no trecho compreendido entre a sede do Ministério Público Estadual e o Mercadinho GG, a fim de que as filas para atendimento sejam organizadas no mencionado espaço.

Parágrafo Único - A interdição mencionada no caput do presente artigo, ocorrerá das 7h às 17h, de segunda a sexta-feira e será realizada por servidores da Secretaria Municipal de Infraestrutura com o apoio da Polícia Militar.

Art. 4º - Para fins de cumprimento das determinações estabelecidas neste Decreto, fica criada Comissão Fiscalizadora composta por servidores de diversas Secretarias desta Edilidade, que será nomeada e normalizada por Portaria expedido pelo Chefe do Executivo Municipal.

§1º - A Comissão Fiscalizadora referida no caput deste artigo, possui Poder de Polícia para fiscalização, lavratura de termo de notificação, fechamento temporário do estabelecimento comercial infrator já reincidente com a devida aplicação de multa, bem como outras medidas que façam-se necessárias.

§2º - No cumprimento de suas atribuições a Comissão Fiscalizadora contará com a atuação conjunta da Polícia Militar do Estado da Paraíba, para a aplicação das medidas coercitivas.

Art. 5º - Conforme preconizado no Decreto Estadual nº 40.141, de 26 de março de 2020, e, por determinação da Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado da Paraíba, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, estão orientados a determinar a população quanto a necessidade do isolamento social, fazendo cumprir a legislação aplicável. A desobediência a essas orientações de vigilância sanitária implica em crime. Para isso a Polícia Militar disponibiliza a linha telefônica 190 para recebimento de Denúncias quanto a aglomeração de pessoas, como também por encaminhamento pelo Comitê de Crise.

Art. 6º - Os proprietários de estabelecimentos devidamente autorizados para funcionamento, deverão cumprir as determinações estabelecidas no presente Decreto.

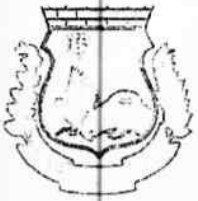
§1º - Ao proprietário que estiver descumprindo as determinações deste Diploma Normativo, será expedido pela Comissão Fiscalizadora, Termo de Notificação para que cesse com a irregularidade identificada naquele estabelecimento;

§2º - Sendo constatada a reincidência da infração, ao proprietário do estabelecimento serão aplicadas as seguintes sanções:

I - Suspensão do Alvará de Funcionamento do estabelecimento pelo prazo que perdure o Estado de Calamidade;

II - Adoção de Medidas Judiciais, conforme estabelece a legislação vigente aplicável, inclusive os arts. 267 e 268 do Código Penal Brasileiro;

III - Multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, ao estabelecimento infrator, e no caso de comércio informal ao seu



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 02 de Junho de 2020  
ATOS DO PODER EXECUTIVO

PAG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAUJO

## GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 025/2020 GAB/PREF

Araruna, 02 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 024/2020 GAB/PREF

Araruna-PB, 02 de junho de 2020.

INSTITUI NORMATIZAÇÃO NAS  
ATIVIDADES MEIO E FINS NO  
MATADOURO PÚBLICO DE  
ARARUNA/PB E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o Art. 41; Inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE exonerar a pedido JOSÉ VALQUE ANOMINONDAS, ocupante do cargo em comissão de Assessor, Símbolo CC-5, lotado no Gabinete do Prefeito, do Município de Araruna, Estado da Paraíba.

A presente Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Vital da Costa Araújo

Prefeito Constitucional

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso V a Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que preconiza TAC - Termo Ajustamento de Conduta, nos autos do Inquérito Civil nº 0668.2019.13.000/8, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL ARARUNA e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

Considerando a necessidade de normatizar o acesso e trabalho de menores de 18 anos nas dependências do Matadouro Público Municipal em atividade caracterizadora de trabalho infantil,

Considerando o que preconiza a CRFB/88 em seus art's. 1º, 3º e 7º, XXXIII, c/c art. 5º e 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), que estabelece que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;

RESOLVE:

Art. 1º - PROIBIR o trabalho e acesso de menores de 18 anos (dezoito) anos no matadouro público municipal, a fim de impedir a exploração da mão de obra de crianças e adolescentes.

Art. 2º - Fica determinado o uso obrigatório de EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, aos profissionais devidamente cadastrados e/ou funcionários públicos, para operar no abate dos animais.

Art. 3º - O município disponibilizará o transporte adequado para o tráfego de perecíveis.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vital da Costa Araújo

Prefeito Constitucional

DECRETO Nº 017/2020 - GAB/PREF de 01 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS EMERGENCIAIS COMPLEMENTARES PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

Considerando a última disposição legal da lavra do Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no Decreto Estadual nº 40.289, de 30 de maio de 2020, que adotou medidas temporárias e emergenciais de prevenção do contágio pelo COVID-19 bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual;

Considerando a Portaria nº 1233, de 29 de abril de 2020, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, que reconhece por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado da Paraíba, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais;

Considerando a necessidade de adoção de providências no sentido de evitar a disseminação da COVID-19, com a manutenção do isolamento social, tendo em vista o número elevado de casos confirmados e de vítimas fatais por consequência do coronavírus;



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Araruna-PB, 18 de Abril de 2020

proprietário, implicando o não pagamento em inscrição na Dívida Ativa Municipal.

Art. 7º - Fica mantida a suspensão do calendário das escolas da rede municipal de ensino, bem como a recomendação as instituições privadas de ensino a adotarem as mesmas providências.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até o dia 03 de maio de 2020.

Publique -ss.

Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional

- V - JULIANA DE LIMA OLIVEIRA - Secretaria de Assistência Social
- VI - DANIELLE DA LUZ BARROSA COSTA - Secretaria de Assistência Social
- VII - JOSÉ EDVALDO MEREIRA DOS SANTOS - Secretaria de Educação
- VIII - JOSÉ ADEMAR DA COSTA MACÊDO JÚNIOR - Vigilância Epidemiológica
- IX - JOÃO ALMEIDA MATIAS JÚNIOR - Secretaria de Infraestrutura
- X - ERIBERTO SOARES DA SILVA - Secretaria de Infraestrutura
- XI - CARLOS ALBERTO DA SILVA - Secretaria de Infraestrutura
- XII - CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA FREIPE - Secretaria de Administração
- XIII - ANDRÉ JOSÉ DA SILVA MEDEIROS - Secretaria de Assistência Social

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional

## PORTARIA Nº 022/2020 -- GAB/PREF

Araruna - PB, 18 de abril de 20 20.

### O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE

ARARUNA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso V, da Lei Orgânica Municipal e Decreto Lei nº 013/2020,

Considerando a criação no âmbito do município, de Comissão Fiscalizadora composta por servidores de diversas Secretarias desta Edilidade, para fins de dar cumprimento as determinações instadas nos Decretos nºs 007/2020, 008/2020, 009/2020 e 013/2020, quanto a situação emergencial a fim de evitar a disseminação da COVID-19;

Considerando ainda, o que dispõe o art. 4º, 51º e 52º, do Decreto Lei nº 013/2020, onde a referida comissão possui Poder de Polícia para fiscalização, realizar lavratura de Termo de Notificação, fechamento temporário do estabelecimento comercial infrator já reincidente com a devida aplicação de multa, bem como outras medidas que façam-se necessárias, que contará com a atuação conjunta da Polícia Militar do Estado da Paraíba, para a aplicação das medidas coercitivas,

### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Membros abaixo relacionados para compor a Comissão Fiscalizadora das medidas de combate ao coronavírus (COVID-19) âmbito do município de Araruna-PB.

- I - RODRIGO PATRÍCIO DA SILVA - Vigilância Sanitária
- II - GINALDO CORDEIRO JÚNIOR - Vigilância Sanitária
- III - FRANCISCO WALMIR DE AMORIM - Vigilância Epidemiológica
- IV - CARLOS ROBERTO DA COSTA MACÊDO - Agente de Vigilância Sanitária





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 07 de Abril de 2020  
**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PÁG 01

**VITAL DA COSTA ARAÚJO**

## LICITAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA  
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - TOMADA DE  
PREÇOS Nº 0003/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA/PB, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que as empresas AGRESTE CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA e H & M CONSTRUÇÕES LTDA interpuseram, tempestivamente, recurso administrativo contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação, em INABILITAR as mesmas, tendo em vista que atenderam os pré-requisitos do instrumento convocatório, estando o citado recurso à disposição dos interessados para possível contestação no prazo legal. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3373-1010. Email: [licita@araruna.pb.gov.br](mailto:licita@araruna.pb.gov.br).  
Araruna - PB, 07 de abril de 2020.

Marcelma Martins Cardoso  
Presidente da Comissão

- Dia 09 de Abril: ponto facultativo;
- Dia 10 de Abril: feriado.

Art. 2º - O disposto neste Decreto não se aplica aos órgãos da Administração Pública Municipal, que por sua natureza tenham necessidade de funcionamento ininterrupto (serviços essenciais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

**Vital da Costa Araújo**

Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA  
REVOGAÇÃO - Pregão Presencial nº 00003/2020

Com base nos elementos constantes do processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00003/2020, que objetiva: REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS; REVOGO o correspondente procedimento licitatório. Justificativa: Razões de interesse público.

Araruna - PB, 07 de abril de 2020  
AMÉRICA LOUDAL FLORENTINO TEIXEIRA DA COSTA  
Secretária de Saúde

DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE NO MUNICÍPIO DE ARARUNA/PB EM RAZÃO DA PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVIRUS (COVID-19) E POR ESTE DETERMINA AS PROVIDÊNCIAS E MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO, PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO E MITIGAÇÃO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE.

DECRETO Nº 011/2020 - GAB/PREF de 07 de abril de 2020.

O Prefeito do Município de Araruna/PB, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 41, Inc. V da Lei Orgânica Municipal, a Lei Federal nº 13.979/2020, o Decreto Estadual nº 40.134/2020, Decretos Municipais nºs 07/2020, 08/2020 e 09/2020 e demais legislação aplicável, e ainda,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde declarou a infecção humana do Coronavírus (COVID-19) pandemia, com declaração de emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

CONSIDERANDO que a edição da lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, prevê medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública do presente surto do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 188 de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre declaração de emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS;

CONSIDERANDO que o Ministro de Estado da Saúde declarou estado de transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19) em todo o território da Federação, conforme portaria nº 454 de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a confirmação dos casos positivos para o Coronavírus (COVID-19) no Estado da Paraíba, bem como caso suspeito no município Araruna/PB;

CONSIDERANDO que o Município de Araruna/PB não possui quaisquer condições para dar resposta hospitalar adequada, com a impossibilidade da Rede de Saúde no município, e de municípios circunvizinhos, quanto as condições necessárias para receber pacientes que venham a necessitar de atendimento médico em função da infecção por Coronavírus (COVID-19);

## GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 010/2020 - GAB/PREF de 07 de abril de 2020.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DURANTE A SEMANA SANTA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Araruna - PB, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Art. 41, Inc. V da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO período alusivo a Semana Santa, e a importância de tal evento para cultura e religiosidade do nosso povo;

DECRETA:

Art. 1º - Em razão dos eventos relativos a Semana Santa, fica estabelecido o funcionamento nas Secretarias e demais órgãos da Administração Pública Municipal:

**CONSIDERANDO** a previsão de impactos nas finanças públicas decorrentes desta pandemia, já explicitado pela União e o Estado da Paraíba através do reconhecimento de Calamidade Pública, que evidencia a necessidade de descumprimento das metas fiscais e demonstra que os impactos alcançaram os entes Municipais;

**CONSIDERANDO** que compete ao município legislar sobre os assuntos que afetam o seu funcionamento local, conforme estabelece a Constituição do Estado de Paraíba, concomitante aos incisos II, V, VII e VIII do Art. 30 da Carta Magna;

**CONSIDERANDO** a necessidade de tutelar o interesse público no sentido de resguardar a saúde da população;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever dos entes federativos, que o faz por ações e políticas públicas que visem a redução dos riscos de doenças e de outros agravos, como também o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde pública na forma do Art. 196 e 197 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que é dever do Administrador Público tomar as providências necessárias e em tempo para resguardar o interesse público;

**CONSIDERANDO** as únicas medidas para diminuir os impactos e trazer saúde pública ao município é a educação através das medidas de higiene, bem como o isolamento social e a participação colaborativa e de responsável do cidadão;

**CONSIDERANDO** que as medidas ora estabelecidas, visam informar, recomendar, prevenir, restringir, proibir e/ou desautorizar as atividades no âmbito municipal;

**CONSIDERANDO** que a prevenção é a única alternativa para assegurar a vida dos moradores do Município de Araruna/PB e o art. n° 23 da Constituição Federal, estabelece no inciso II que: "é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública".

**CONSIDERANDO** ainda, que o Decreto Estadual n° 40.134/2020 declarou estado de calamidade pública em todo território do Estado da Paraíba, e também dispõe sobre a prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus, COVID-19;

**DECRETA:**

**Art. 1°.** Fica declarado **ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARARUNA/PB**, em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais (COVID-19), que gera doença infecciosa viral respiratória aguda grave, para que possamos dar uma rápida e energética atuação no controle epidemiológico, prevenção, bem como para enfrentar e mitigar as emergências de saúde pública decorrentes deste vírus, e permanecerá vigente até o final da pandemia, devidamente reconhecida pela autoridade sanitária nacional.

**Parágrafo Único** - E com objetivo de proteger a população, conforme a Instrução Normativa n° 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional, deverão as autoridades públicas, os servidores e os cidadãos adotarem todas as medidas e providências necessárias para fins de prevenção e de enfrentamento a pandemia causada pelo mencionado vírus, observado o disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I  
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E SERVIDORES**

**Art. 2°.** Fica suspenso todo e qualquer atendimento ao público presencial, em todos os órgãos e entidade integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Araruna/PB, exceto os de urgência de saúde pública e os serviços essenciais de coleta de resíduos sólidos e distribuição água, quando esta da responsabilidade da gestão municipal.

**Art. 3°.** Fica determinado que os servidores que atuam nos serviços administrativos executem os trabalhos em regime de home office, regulados por telefone e canais eletrônicos de comunicação, como e-mails, WhatsApp, sistema de videoconferência entre outros, a fim de que municipais e servidores não necessitem deslocar-se até os prédios públicos de atendimento da Administração Municipal.

**Art. 4°.** As atividades internas que não possam ser executadas de forma remota, em regime de *home office*, deverão ser realizadas por servidor, empregados e estagiários que não esteja no grupo de risco, organizados em escala de plantão, de modo a reduzir aglomerações e evitar circulação desnecessária não âmbito da repartição, de forma que não poderá haver mais de dois servidores por sala ou departamento, evitando assim o contato e potencial proliferação do vírus.

**§1°.** A administração municipal poderá remanejar servidores entre secretarias ainda que sejam diversas as funções exercidas, observada a área de conhecimento, bem como a capacidade mínima e aptidão do servidor para realização do serviço para o enfrentamento ao combate a COVID-19;

**§2°.** Fica limitado o atendimento presencial ao público apenas aos serviços essenciais, observada a manutenção do serviço público, preferencialmente, por meio remoto e ou por escala de plantão;

**§3°.** Para servidores e empregados públicos que não detém condições de atuação em teletrabalho, mediante decisão da chefia imediata, será concedida antecipação de férias, na proporção de 50% (cinquenta por cento) pelo período efetivo em que estiver afastado de suas atividades;

**§4°.** Fica autorizada a convocação de servidores que estejam no gozo de férias, licenças ou em regime de cedência ao retorno de suas atividades da secretaria municipal de saúde e vigilância sanitária, para atuarem no atendimento à população para o combate da pandemia.

**Art. 5°.** Fica suspenso o deslocamento e viagens de servidores de todos os órgãos da Administração Municipal, para fora dos limites do município, exceto as que sejam por consequência do trabalho realizado pela gestão municipal para controle da pandemia, ou tratamentos essenciais e urgentes de Saúde que não possam ser adiados, como os casos crônicos.

**Art. 6°.** Servidores idosos com sessenta (60) anos ou mais, gestantes e os portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos poderão ser dispensados, mediante apresentação de declaração ou atestado médico, sem prejuízo de sua remuneração, ficando a critério dos mesmos a realização dos serviços em seus domicílios, em ocorrendo possibilidade.

**Parágrafo Único** - Para os efeitos deste artigo, consideram-se doenças crônicas:

- I - Doença cardiovascular;
- II - Hipertensão;
- III - Diabetes;
- IV - Doença respiratória crônica;
- V - Insuficiência renal crônica; e
- VI - Câncer.

**Art. 7°.** É vedado ao servidor que esteja em "home office" ou dispensado de suas atividades por consequência de atestado médico ou por pertencer ao grupo de risco, não ficar em quarentena;

**Art. 8°.** Fica suspenso, enquanto perdurar a situação de calamidade, os prazos no âmbito de todos os processos administração pública municipal direta e indireta, com exceção aos processos licitatórios.

**Art. 9°.** Aos servidores públicos municipais que possam apresentar sintomas do vírus ou casos em familiares que exista convivência de agente patogênico ou que está sob investigação epidemiológica, será emitido licença compulsória de 14 (quatorze) dias, ou até que comprove a ausência de infecção.

**Art. 10.** Ficam suspensas licenças prêmio, férias e folgas de servidores de serviços essenciais à saúde, que por conveniência e necessidade do Secretário Municipal de Saúde, se convocados, deverão retornar às suas atividades, e gozar do direito em outro momento.

**Art. 11.** Ficam suspensas quaisquer atividades internas de capacitação, treinamento ou reuniões que envolvam aglomerações de pessoas, exceto as de extrema relevância a tratar da pandemia.



**Art. 12.** Os servidores municipais na condição de gestores dos contratos, deverão notificar as empr esas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão, conscientizem seus funcionários quanto aos riscos e prevenção do COVID-19, e ainda quanto à necessidade de reportarem a ocorrência dos sintomas:

**§1º** - As obras e/ou serviços prestados por terceiro não deverão ter aglomeração de pessoas, caso ocorra deverá ser suspensa pelo gestor de contratos e/ou secretário da pasta.

**§2º** - Havendo necessidade fica autorizada a administração municipal remanejar mão de obra terceirizada, em especial prestadoras de serviço de limpeza e higienização, para execução dos respectivos serviços em áreas definidas como prioritárias pela vigilância sanitária, independentemente da autorização de secretaria a qual o contrato está vinculado.

**Art. 13.** Recomenda-se a instalação de diáspores de álcool em gel 70% ou a distribuição de álcool 70%, nos órgãos do Município, em locais acessíveis e visíveis aos servidores.

**CAPÍTULO II  
DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Art. 14.** As aulas escolares nas unidades de Ensino do Município de Araruna/PB, continuarão suspensas pelo prazo estabelecido em Decreto Municipal anterior, podendo ser prorrogado por igual período, ou pelo período que perdurar a calamidade, recomendando-se as escolas privadas a adotarem o mesmo procedimento.

**§1º** - Fica autorizado ao Conselho Tutelar notificar os pais, para que proibam seus filhos de brincar na rua, sozinho ou em companhia de outras crianças enquanto perdurar a pandemia do coronavírus.

**§2º** - É vedado a permanência de aglomeração de crianças, jovens e adolescentes em praças, vias públicas, áreas como canteiros de avenidas ou outros espaços públicos em grupos, devendo ser comunicado de imediato o Conselho Tutelar para adote as providências necessárias em relação a notificação dos pais ou responsáveis.

**§3º** - Havendo descumprimento da notificação expedida pelo Conselho Tutelar, e as crianças, jovens e adolescentes menores de 18 (dezoito) anos, em companhia de outras, persistirem em brincar e/ou reunir-se nas ruas, praças e demais espaços públicos, poderá o conselho tutelar tomar as medidas necessárias, e caso necessário aplicação da medida aplicável estabelecida no art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 15.** O corpo técnico das escolas/cruches deverá neste período de suspensão das atividades letivas, planejar formas e condições para reposição de tempo suspenso, para que seja apresentado e deliberado pela Secretaria Municipal de Educação, agindo também no sistema de rodizio de pessoal para a manutenção das instalações físicas de tais instituições educacionais.

**CAPÍTULO III  
DAS RESTRIÇÕES A EVENTOS E ATIVIDADES  
EM LOCAIS PÚBLICOS OU DE USO PÚBLICO**

**Seção I**

**Das Congregações Religiosas, Igrejas, Templos, Doutrinas e Demais**

**Art. 16.** Ficam suspensas os encontros em igrejas, templos, residências, demais estabelecimentos religiosos, como missas, cultos,

encontro de células, ou outra cerimônia de qualquer doutrina, fé ou credo, que resultem em aglomeração com mais de 5 (cinco) pessoas:

**Art. 17.** Permanência e trânsito de pessoas em áreas de lazer e convivência, pública ou privada, inclusive em condomínios e residenciais, com objetivo de promover atividade física, passeios, eventos esportivos, eventos de pesca esportiva e outras atividades que envolvam aglomerações.

**Parágrafo único** - Considera-se aglomeração para efeitos deste Decreto, qualquer aproximação de pessoas em local onde não seja respeitada a distância mínima de 2 m (dois metros) entre as mesmas, exceto quando necessário para atendimento à saúde, casos sociais, humanitários ou se tratar de pessoas da mesma família.

**Seção II  
Dos Velórios**

**Art. 18.** Caso o óbito seja por Coronavírus (COVID-19), o velório deve ocorrer sem concentração de pessoas;

**Parágrafo primeiro** - Sendo outra a causa da morte, limita-se o público ao velório, a capacidade estabelecida pelo Corpo de Bombeiros, desde que respeitada o distanciamento de 2 metros entre as pessoas.

**Parágrafo segundo** - Se o óbito com contaminação confirmada para coronavírus (COVID-19) ou de caso suspeito, a funerária deverá adotar as orientações estabelecidas pela ANVISA, por meio da Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020 ou outra que a substituir, para o manuseio do corpo.

**Seção III  
Dos Eventos e entretenimento**

**Art. 19.** Ficam suspensos todo e qualquer evento em local aberto ou fechado, independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração, modalidade do evento, inclusive para fins de formatura, colação de grau, batizados e casamentos.

**Art. 20.** Fica proibido o funcionamento bares, clubes, academias, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, pelo período que perdurar a situação de calamidade pública.

**Parágrafo único** - Os restaurantes e lanchonetes poderão realizar entrega e retirada de alimentos no próprio estabelecimento ou por serviços de entrega em domicílio (delivery);

**Art. 21.** Fica suspensa a emissão de alvarás de autorização para eventos temporários, durante o período que perdurar o estado de situação de calamidade.

**CAPÍTULO IV  
DOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS**

**Art. 22.** Fica determinado o fechamento dos centros e estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços privados não essenciais, conforme estabelecido nos Decretos anteriormente editados pelo Poder Executivo Municipal.

**Seção I**

**Do funcionamento dos empreendimentos autorizados**

**Art. 23.** Os estabelecimentos de comércio e serviços autorizados ao funcionamento, deverão adotar as seguintes medidas, cumulativas:

- I - Higienizar, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (corrimão de escadas e de acesso, maçanetas, portas, trinco das portas de acesso de pessoas, carrinhos, e ban como os pisos, paredes e banheiro, etc.), preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, assegurando o ambiente adequado a assepsia;

II - Estabelecer distância mínima de 2 m (dois metros) entre os funcionários e clientes que utilizam das atividades do estabelecimento;

III - Manter à disposição e em locais estratégicos, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local;

IV - Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, quando possível, manter pelo menos uma janela externa aberta, contribuindo para a renovação de ar;

V - Adotar sistemas de escalas, de revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores.

§1º - Os funcionários que apresentarem sintomas definidos como identificadores do COVID-19, deverão ser afastados das atividades laborais, inseridos em regime de quarentena, e ser notificados à vigilância sanitária do município;

§2º - A lotação nestes estabelecimentos não poderá exceder ao estabelecido pelo Corpo de Bombeiros;

§3º - Fica vedado o funcionamento de brinquedotecas, espaços kids, playgrounds, e espaços de jogos, eventualmente existentes nestes estabelecimentos.

Art. 24. Fica determinado aos operadores do sistema de mobilidade, aos concessionários e permissionário do transporte coletivo, bem como a todos os responsáveis por veículos de transporte coletivo e individual, público e privado, de passageiros, inclusive os de aplicativos, a adoção, no mínimo, das seguintes medidas:

§1º - A realização de higienização diária do veículo com a utilização de álcool 70% ou solução de água sanitária, inclusive nos pontos de contato com as mãos dos usuário, roleta, bancos, e outros apoios;

§2º - Determinar aos concessionários e permissionários do serviço de transporte coletivo, bem como a todos os responsáveis por veículos de transporte coletivo e individual, público e privado, de passageiros que instrua e orientem seus empregados, em especial motoristas e cobradores, de modo a reforçar a importância e a necessidade:

I - Da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos ao fim de cada viagem realizada, da utilização de produtos asépticos durante a viagem, como álcool em gel 70% (setenta por cento) ou álcool 70%;

II - Da manutenção da limpeza dos veículos;

III - De modo correto de relacionamento com os usuários no período de emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, segundo orientações emanadas dos órgãos de saúde pública.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO E PRECAUÇÃO

Art. 25. O munícipe residente no Município que tomar conhecimento de pessoa que se encontra de passagem ou residente, proveniente de outro País ou Estado da Federação com risco ou de alta incidência do Coronavírus, com quadro de suspeita de contaminação, deve comunicar às autoridades sanitárias municipais, a fim de que possam ser realizadas os diagnósticos com brevidade.

Parágrafo único. Mesmo a pessoa não apresentando os sintomas da doença, deverá permanecer em isolamento domiciliar por no mínimo 14 (quatorze) dias.

Art. 26. Os hotéis devem ser notificados pela fiscalização municipal, para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da publicação do presente Decreto, forneça listagem de todos os hóspedes, contendo nome, tempo de permanência e local de origem.

Art. 27. Ficam SUSPENSOS os serviços públicos, pelo período deste decreto, prorrogáveis por igual período;

I. Atendimento nas creches municipais e área de convivência de idosos;

II. As atividades de capacitação, treinamento, seminários, oficinas, encontros, conferência, realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal, direta e indireta, que impliquem a aglomeração de pessoas;

III. As ações públicas ou eventos coletivos que causem aglomerações em áreas públicas ou privadas, internas ou externas;

IV. Autorizações para o evento privados;

V. Visitação a centro de detenção;

VI. Abertura de parques de exposição, turísticos, praça e locais de eventos ao ar livre;

VII. Eventos culturais;

VIII. Inaugurações e atos da prefeitura, exceto nos casos que não tenham a presença do público;

IX. Feiras de todo tipo e setor;

X. Abertura de balneários, banhos, lagoas e parques aquáticos;

XI. Abertura de pontos turísticos, permanência ou visita;

XII. Visite hospitalares e em asilos, assim como atividades que envolvam grupos da terceira idade, projetos sociais, casas de convivência, entre outros que o Município julgar necessário;

XIII. As atividades de caminhada ou outras que possam ser objeto de aglomeração de pessoas.

Art. 28. Ficam AUTORIZADOS a serem realizados sem a interrupção do acesso ao município, nas vias de perímetro municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I - Barreiras sanitárias, realizadas com agentes de endemias, fiscais sanitários, tributários e/ou requisitar quaisquer outros servidores que possam exercer a atividade;

II - Permitindo o controle epidemiológico, avaliação de possíveis sintomas, entre outros aspectos exclusivos relacionados ao controle da pandemia;

III - Produção e entrega de informativo.

Art. 29. Determinar a convocação de todos os profissionais da saúde, servidores ou empregados da administração pública municipal, bem como os prestadores de serviços de saúde, em especial aqueles com atuação nas áreas vitais de atendimento à população, para o cumprimento das escalas estabelecidas pelas respectivas chefias.

Art. 30. Determinar a fiscalização, pelos órgãos municipais responsáveis, acerca do cumprimento das proibições, suspensões e determinações de que tratam este decreto.

Art. 31. O Município tomará as medidas estabelecidas no plano de contingenciamento para o enfrentamento a pandemia no município, bem como demais medidas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde e Governo do Estado da Paraíba.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Autoriza que a Secretaria Municipal de Saúde, limitando-se ao indispensável a promoção e à preservação da saúde pública no enfrentamento à epidemia causada pela pandemia, mediante ato fundamentado do Secretário, observados os demais requisitos legais;



I. Requisite bens ou serviços de pessoas naturais e jurídicas, em especial de médicos e outros profissionais da saúde e de fornecedores de equipamentos de proteção individual (EPI), medicamentos, leitos de UTI, produtos de limpeza, dentre outros que se fizerem necessários;

II. Importe produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na ANVISA, desde que registrados por autoridade sanitária estrangeira e estejam previstos em ato do Ministério da Saúde;

III. Sempre que necessário, será solicitado o auxílio de força policial para o cumprimento do disposto no inciso I.

**Art. 3.º** É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, observado o disposto no art. 4.º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, conubstanciada ainda pela Nota Técnica nº 01/2020 emanada do Ministério Público Estadual;

**Parágrafo Único** - As contratações emergenciais temporárias necessárias ao combate a pandemia, prevista no caput deste artigo, poderão ser realizadas com fundamentos na Lei 13.979/2020 ante a sua aplicabilidade a todos os antes da federação, sendo desnecessário legislação específica.

**Art. 3.º 4.** Fica reconhecida para os fins do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos na LDO e da limitação de empenho de que trata o art. 9.º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.

**Art. 3.º 5.** Fica autorizado que a Secretaria de Planejamento, Administração, Finanças e Receita do Município, promova o remanejamento, a transposição, a transferência das dotações orçamentárias necessárias para o cumprimento de todas as medidas previstas neste Decreto.

**Parágrafo Único** - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, conforme previsto no art. 167, § 3º da Constituição Federal.

**Art. 36.** Ficam dispensados de licitação, enquanto mantida a situação de calamidade, os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao sinistro de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários pandemia enquanto vigorarem os efeitos deste decreto.

**Parágrafo Único** - A disposição constante no caput está de acordo com o inciso IV do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 37.** Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar, arbitrariamente, os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso X do art. 39 da Lei nº 8.076, de 11 de setembro de 1990, sujeitando-se às penalidades previstas no mencionado Diploma Legal, bem como na legislação penal vigente.

**Art. 38.** Cabe a todos os municípios a responsabilidade de cumprir as restrições e condições do presente Decreto, conscientizando-os da higienização necessária, do isolamento social, do cumprimento correto da quarentena, bem como da não circulação em vias públicas e privadas de forma desnecessária, além de outras medidas que forem necessárias para a contenção/erradicação do COVID-19.

**Parágrafo Único** - Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, a população deverá comunicar às autoridades competentes para apuração das eventuais práticas de infrações administrativas previstas no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como dos crimes previstos nos arts. 267 e 268 do Código Penal.

**Art. 39.** Fica criado o Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), sob a coordenação do Prefeito Municipal, com o

objetivo de estabelecer e divulgar ações de prevenção à transmissão do vírus, composto por representantes dos seguintes órgãos:

- I - Chefe de Gabinete;
- II - Vice Prefeito
- III - Secretário de Saúde;
- IV - Secretária de Educação;
- V - Secretária de Assistência Social;
- VI - Secretária de Administração;
- VII - Procurador geral do Município;
- VIII - Secretária Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Rural;

**Art. 4.º 0.** O Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), se reunirá periodicamente para avaliar as ações em conjunto com a Secretaria de Saúde e articular as ações do Plano de Enfrentamento e Contingência para a doença, e bem como deverá expedir portaria regulamentando o funcionamento do respectivo comitê.

**Parágrafo Único** - A autoridade sanitária municipal apresentará ao Comitê Plano de Contingenciamento Municipal de Prevenção e Enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), a ser implantado em conjunto com os demais órgãos de saúde pública e privada do Município, sob as diretrizes das autoridades sanitárias, federal e estadual.

**Art. 4.º 1.** O Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus, fica autorizado, de forma extraordinária, receber bens em doação ou comodato, bem como doações de direitos e serviços necessários para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, sem quaisquer ônus ou encargos, podendo ser advindo de pessoas físicas ou jurídicas, cujo procedimento será normatizado por portaria e ou resolução expedida pelo respectivo comitê.

**Art. 4.º 2.** As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, acrescentando-se outras, a depender da fase epidemiológica do contágio e da evolução dos casos no Município.

**Art. 4.º 3.** Os casos omissos serão decididos pelo Gestor Municipal com a expedição de normas complementares relativamente a execução deste Decreto.

**Art. 4.º 4.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de março de 2020, e permanecerá vigente até o final da pandemia devidamente reconhecida pela autoridade sanitária nacional.

Publique - se.

  
**Vital da Costa Araújo**  
 Prefeito Constitucional





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 03 de Abril de 2020

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PÁG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAÚJO

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 009/2020 - GAB/PREF de 02 de abril de 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS EMERGENCIAIS COMPLEMENTARES AO DECRETO Nº 08/2020 PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

Considerando a última disposição legal da lavra do Exmo. Governador do Estado da Paraíba, consubstanciada no Decreto nº 40.141, de 26 de março de 2020, que altera o prazo de validade das restrições emergenciais impostas para o combate ao COVID-19;

Considerando a necessidade de regulação de funcionamento de atividades essenciais nos moldes expostos no referido Decreto, e ao mesmo tempo, evitar a disseminação da COVID-19;

#### DECRETA:

Art. 1º - Excepcionalmente, diante da necessidade de conservação das medidas de restrição previstas no Decreto Municipal nº 08/2020, ficam mantidas as suspensões das atividades relacionadas nos artigos 2º e 3º do decreto mencionado.

Art. 2º - Não incorrem na vedação acima mencionada as seguintes atividades essenciais:

- I - Casas lotéricas e correspondentes bancários;
- II - Oficinas mecânicas, exclusivamente para serviços de manutenção e conserto em veículos;
- III - Lojas de peças e buchaschas;
- IV - Serviços funerários;
- V - Distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- VI - Fornecimento de água e gás;
- VII - Restaurantes e lanchonetes para entrega em domicílio (delivery), inclusive por aplicativos, ou para coleta pelos próprios clientes (take away);
- VIII - Material de Construção

Parágrafo Único - Os estabelecimentos comerciais que exijam a presença do consumidor, devem evitar a aglomeração de pessoas no seu interior, mantendo uma distância mínima de 1,5 metros entre cada cliente, bem como, fornecer álcool em gel para utilização dos mesmos, e equipamento de proteção para seus funcionários.

Art. 3º - Em função do cenário da pandemia do coronavírus poderão ser adotadas outras medidas, permanecendo válidas as disposições contidas nos Decretos nºs 08/2020 e 009/2020.

Art. 4º - Fica dispensada a realização de procedimento licitatório para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, de que trata este decreto, nos termos do Art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.

Parágrafo Único - Fica a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos do Tesouro Municipal, a realização de procedimentos necessários para a aquisição de insumos, bem como, a elaboração de critérios para sua distribuição, para todos os órgãos que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Araruna, visando cumprir as medidas constantes neste decreto.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até o dia 19 de abril de 2020.

Publique-se

Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2020**  
Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00002/2020, que objetiva: CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO MUNICIPAL DA CIDADE DE ARARUNA/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: SONY DE OLIVEIRA ALMEIDA JUNIOR EIRELI - R\$ 221.461,03. Fica desde já o licitante vencedor para no prazo legal comparecer na sala da CPL, para assinatura do respectivo contrato.

Araruna - PB, 03 de abril de 2020  
VITAL DA COSTA ARAÚJO  
Prefeito



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 20 de Março de 2020

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PÁG 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAÚJO

### GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 014/2020 - GAB/PREF

Araruna - PB, 20 de março de 2020.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso V, da Lei Orgânica Municipal e Decreto Lei nº 007/2020,

Considerando a criação no âmbito do município, o Comitê Gestor de Crise, para fins de gestão e acompanhamento da situação emergencial a fim de evitar a disseminação da COVID-19;

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos e danos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da COVID-19;

#### RESOLVE:

Art.1º - Nomear os Membros abaixo relacionados para compor o Comitê Gestor de Crise no âmbito do município de Araruna-PB:

#### I - GABINETE DO PREFEITO:

VITAL DA COSTA ARAÚJO  
IRAN PONTES DO NASCIMENTO  
IKARO ALMEIDA N. ARAÚJO MORAIS

#### II - SECRETARIA DE SAÚDE:

AMÉRICA LOUDAL FLORENTINO TEIXEIRA DA COSTA  
LÍDIA ELVIRA DE ARAÚJO MACÉDO  
MARIA STELA FERNANDES RIBEIRO CORDEIRO  
MARIA MÔNICA ALVES FERREIRA  
RODRIGO PATRÍCIO DA SILVA  
FRANCISCO WALMIR DE AMORIM

#### III - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

FRANCISCO DE ASSIS BELARMINO DOS SANTOS  
NILZA VENCESLAV TRAJANO

#### IV - PROCURADORIA JURÍDICA:

FRANCISCO DE ASSIS SILVA CALDAS JÚNIOR  
IVANA SAMARA ALCANTARA DE LIMA

#### V - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E JURÍDICA:

ANDRÉ JOSÉ DA SILVA MEDEIROS  
RAFAEL RAYNE MACÉDO DE OLIVEIRA

#### VI - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:

JOCIMAR BÉLIX DIAS

#### VII - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

FÁBIO VERIATO DA CÂMARA

#### VIII - SECRETARIA DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E RURAL:

AVALLDO LUIS DE ALCANTARA AZEVEDO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vital da Costa Araújo

Prefeito Constitucional

DECRETO Nº 008/2020 - GAB/PREF de 20 de março de 2020

DISPÕE SOBRE OUTRAS MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos e danos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando as novas recomendações da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup) aos prefeitos para adotarem medidas restritivas necessárias diante do grave panorama que se instala por conta da propagação do coronavírus,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida novas medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrente do novo coronavírus, vetor da COVID-19.

Art. 2º - De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do coronavírus, (COVID-19), fica determinado, a partir de 21 de março de 2020, pelo prazo de quinze dias, o fechamento de:



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Araruna-PB, 20 de Março de 2020

- I - "shopping center", centro comercial e estabelecimentos congêneres;
- II - academias, centros de ginástica e estabelecimentos similares;
- III - circos, parques de diversão e afins;
- IV - salões de beleza e correlatos, clubes sociais, hotéis, motéis e pousadas, bares, restaurantes e lanchonetes;

**Parágrafo Único** - A presente determinação não se aplica aos supermercados, mercados, mercearias, agências bancárias, postos de gasolina, padarias, farmácias e serviços de saúde, clínicas, laboratório e estabelecimentos congêneres.

**Art. 3º** - Dentro das recomendações, também fica suspensa todas as feiras de animais, além de feiras livres que acontecem as quartas-feiras e sábados, exceto da feira livre do dia 21 de março do corrente ano.

**Art. 4º** - Fica orientado ainda, a solicitação de apoio policial e da população para identificar as pessoas que chegaram ao município através de ônibus clandestinos ou carros particulares, que não queiram cumprir as medidas ora determinadas.

**Art. 5º** - A força policial poderá ser solicitada em caso de descumprimento da quarentena pelos proprietários das atividades comerciais referenciadas no art. 2º deste Decreto.

**Art. 6º** - Fica suspenso no âmbito das repartições públicas municipais, o atendimento ao público, onde os servidores cumprirão jornada de trabalho em expediente interno.

**Art. 7º** - Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas previstas no artigo 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no artigo 268 do Código Penal.

**Art. 8º** - As Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, adotará as medidas de controle e fiscalização, no âmbito do município sob sua responsabilidade, comunicando as informações ao Comitê de Crise.

**Art. 9º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.



**Vital da Costa Araújo**  
Prefeito Constitucional

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2020**

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Professor Moreira, 21 - Centro - Araruna - PB, AS 08h30min DO DIA 13 DE ABRIL DE 2020, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: **Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, para prestar serviços na Construção e Reforma do prédio onde funcionará o Pronto Socorro Municipal de Araruna/PB.** Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3373-1010. E-mail: [licita@araruna.pb.gov.br](mailto:licita@araruna.pb.gov.br). Edital: [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br).

Araruna - PB, 20 de março de 2020  
**MARCIELMA MARTINS CARDOSO**  
Presidente da Comissão



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 18 de Março de 2020

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PAGE 01

PREFEITO VITAL DA COSTA ARAUJO

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 007/2020 - GAB/PREF de 18 de março de 2020

**DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIAS DE SAÚDE PÚBLICA PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO COVID-19 (CORONAVÍRUS) E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

Considerando a competência do Município para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local;

Considerando que a saúde é um direito fundamental que deve ser garantido a todos, e ao poder público cabe a sua proteção, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros prejuízos à saúde;

Considerando a declaração de emergência em saúde pública, pela Organização Mundial de Saúde - OMS, e a classificação da COVID-19 como uma pandemia;

Considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o teor da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento do coronavírus (COVID-19);

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos e danos à saúde pública, e fim de evitar a disseminação da COVID-19;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado no âmbito do município, o Comitê Gestor da Cidade, para fins de gestão e acompanhamento da situação emergencial, com a seguinte composição:

- I - Gabinete do Prefeito;
- II - Secretaria de Saúde;
- III - Secretaria de Educação;
- IV - Procuradoria Jurídica;
- V - Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Jurídica;
- VI - Assessoria de Comunicação;
- VII - Secretaria de Administração;

Parágrafo Único. No âmbito no Município de Araruna/PB, as medidas temporárias a serem adotadas para o enfrentamento do COVID-19 são estabelecidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º - Recomenda-se, como medidas individuais, que os cidadãos com sintomas gripais/de problemas respiratórios, fiquem estritamente no domicílio, bem como, que as pessoas idosas e os pacientes com doenças crônicas evitem circular em ambiente com aglomeração de pessoas.

Art. 3º - Deverão ser canceladas, suspensas ou adiadas, no âmbito do Município de Araruna/PB, durante o período de 30 (trinta) dias de vigência deste Decreto:

I - As férias da Rede Municipal de Ensino, ficam antecipadas a partir do dia 19 de março à 18 de abril de 2020, adequando-se o calendário da Rede Municipal de Ensino para que o ano letivo não seja prejudicado, recomendando-se as instituições privadas de ensino a adotarem as mesmas providências;

II - eventos de qualquer natureza, com público superior a 100 (cem) pessoas;

III - viagens de servidores municipais a serviço do Município de Araruna/PB para deslocamento no território nacional ou internacional, salvo em situações excepcionais e previamente justificadas;

IV - a concessão de novas férias e licença prêmio para os servidores públicos municipais que atuam como profissionais de saúde e em outros setores estratégicos;

V - Os Serviços de Convivência que por sua natureza envolvam atividades coletivas (idosos, gestantes, mulheres, crianças e adolescentes), como também, as visitas de acompanhamento do Programa Criança Feliz, pertencentes à estrutura administrativa da Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo único. Todo servidor que retornar do exterior ou de áreas consideradas de transmissão local deverá efetuar comunicação imediata à Secretaria Municipal de Saúde e permanecer em isolamento domiciliar por 10 (dez) dias, devendo aguardar orientações da referida pasta.

Art. 4º - As empresas e estabelecimentos com grande circulação de pessoas (supermercados, restaurantes, lanchonetes, lojas, etc.) deverão adotar medidas de prevenção para conter a disseminação do COVID-19, notadamente com a disponibilização de álcool gel 70% na entrada no estabelecimento para uso dos clientes e a manutenção da ventilação/higiene do ambiente.

Art. 5º - As Unidades Básicas de Saúde permanecerão abertas para atendimento aos usuários e aqueles que porventura apresentarem os sintomas mais grave (dificuldade respiratória), para atendimento médico e as comunicações devidas desses pacientes à Secretaria de Saúde, para adoção das medidas pertinentes.

Art. 6º - Os servidores idosos com mais de 60 (sessenta) anos, dos quadros desta Edilidade, ficarão em suas residências, até ulterior deliberação.

Art. 7º - Os estabelecimentos de ensino deverão manter medidas de prevenção para conter a disseminação do COVID-19:

- I - manter ventilados ambientes de uso coletivo;
- II - evitar o compartilhamento de utensílios e materiais de uso pessoal;
- III - aumentar a distância entre as carteiras e mesas dos alunos;
- IV - durante o período de suspensão das aulas, os servidores das respectivas unidades escolares deverão manter os ambientes limpos.

#### Art. 8º - RECOMENDA-SE:

I - o fechamento de academias pelo prazo de 15 (quinze) dias a partir do dia 19 de março de 2020, devido à alta rotatividade diária de pessoas neste local, ainda que em um mesmo instante não haja



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Araruna-PB, 18 de Março de 2020

AG 02

Blico superior a 50 (cinquenta) pessoas, conforme disposto neste preto;

II - Locais de grande circulação de pessoas e comércio em ral, bem como as clínicas privadas que organizem seus horários de andimento de forma a evitar aglomerações de pessoas, reforçando as idas de higienização com a disponibilização de álcool gel 70% e L, respeitando as peculiaridades de cada serviço e o risco volvido em cada atendimento;

Art. 9.º - Os Usuários do serviço do CAPS, deverão fazer a traga dos seus cartões de Controle de Atendimento, com a coordenação do serviço para que os profissionais médicos prescrevam a medicação, na os respectivos usuários e a devolução dos mesmos.

Art. 10 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser avaliadas a qualquer momento, em consonância com a situação idemiológica deste Município.

Art. 11 - A situação emergencial de que trata este croto, autoriza a adoção de todas as medidas administrativas ecessárias a imediata resposta por parte do poder público à situação gente.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua blicação e produzirá efeitos enquanto perdurar o estado de urgência em saúde causado pela COVID-19.

Publique-se.

Vital da Costa Araújo  
Prefeito Constitucional

## LICITAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA

**RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 00005/2020**  
OBJETO: REFORMA DA LAVANDERIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ARARUNA/PB. LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: **SENA CONSTRUÇÕES EIRELI - VALOR: R\$ 64.914,08.** Dos atos correntes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser tidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Professor Moreira, 21 - Centro - Araruna - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3373-1010. E-mail: licita@araruna.pb.gov.br.

Araruna - PB, 18 de março de 2020  
**MARCELMA MARTINS CARDOSO**  
Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA

**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00012/2020**

Os termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão presencial nº 00012/2020, que objetiva: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EXPEDIENTE DIVERSOS; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: **ARMARINHO FEITOSA EIRELI - R\$ 15.824,95; MAURILIO DE ALMEIDA MENDES - ME - R\$ 11.265,60; VICTOR PAULO SOUSA SILVA - R\$ 1.173,25.**

Araruna - PB, 18 de março de 2020  
**VITAL DA COSTA ARAÚJO**  
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00012/2020

Aos 18 dias do mês de Março de 2020, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araruna, Estado da Paraíba, localizada na Rua Professor Moreira - Centro - Araruna - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 7892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Municipal nº 10, de 07 de Julho de 2008; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00012/2020 que objetiva o registro de preços para: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DEMAIS PARTICIPANTES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO; resolve registrar o preço nos seguintes tempos: Órgãos e/ou entidades integrantes da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA - CNPJ nº 08.927.105/0001-00; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ nº 16.403.132/0001-02; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ nº 11.667.845/0001-51. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00012/2020 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame: - ARMARINHO FEITOSA EIRELI, CNPJ: 23.231.495/0001-65. Item(s): 2 - 11 - 23 - 27 - 30 - 31 - 33 - 35 - 37 - 38 - 39 - 43 - 45 - 47 - 48 - 53 - 60 - 71 - 73 - 76 - 85 - 86 - 91 - 94 - 99 - 101 - 102 - 103 - 112 - 113 - 115 - 116 - 118. Valor: R\$ 15.824,95. - MAURILIO DE ALMEIDA MENDES - ME, CNPJ: 03.467.684/0001-24. Item(s): 1 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 24 - 25 - 26 - 28 - 29 - 32 - 34 - 36 - 40 - 41 - 42 - 44 - 46 - 49 - 50 - 51 - 52 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 72 - 74 - 75 - 77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 84 - 87 - 88 - 89 - 90 - 92 - 93 - 95 - 96 - 97 - 98 - 104 - 105 - 106 - 107 - 108 - 109 - 110 - 111 - 114 - 117 - 119 - 121 - 122 - 123 - 124. Valor: R\$ 211.265,60. - VICTOR PAULO SOUSA SILVA, CNPJ: 07.553.249/0001-73. Item(s): 100 - 120. Valor: R\$ 1.173,25. Total: R\$ 228.263,80. Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Araruna. A referida ATA esta disponibilizada em seu inteiro teor no Portal do Município de Araruna/PB.**

Araruna - PB, 18 de março de 2020  
**VITAL DA COSTA ARAÚJO**  
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00015/2020

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Professor Moreira, 21 - Centro - Araruna - PB às 08h30min DO DIA 31 DE MARÇO DE 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para **AQUISIÇÃO DE PEIXE.** Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 10/08; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3373-1010. E-mail: licita@araruna.pb.gov.br.

Araruna - PB, 18 de março de 2020  
**THIAGO BELMONT LUCENA**  
Pregoeiro Oficial

## PRESIDÊNCIA

## DECRETO LEGISLATIVO



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
"Gabinete da Presidência"

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Aprova estado de calamidade pública nos municípios que especifica: Água Branca, Aguiar, Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Arara, Araruna, Areia, Areial, Aroeiras, Assunção, Baía da Traição, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de São Miguel, Bayeux, Belém, Belém do Brejo do Cruz, Bernardino Batista, Boa Ventura, Boa Vista, Bom Jesus, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Caaporã, Cabaceiras, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Areia, Cacimbas, Caiçara, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Camalaú, Capim, Caráúbas, Carrapateira, Catingueira, Catolé do Rocha, Caturité, Conceição, Conrado, Conde, Congo, Cubati, Cuité, Curral de Cima, Curral Velho, Desterro, Duas Estradas, Emas, Esperança, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Guarabira, Gurinhém, Gurjão, Igaracy, Imaculada, Itabaiana, Jacaraú, Jericó, João Pessoa, Joca Claudino, Juazeirinho, Juripiranga, Juru, Lagoa de Dentro, Lagoa Seca, Lagoa, Livramento, Mae d'Água, Malta, Marcação, Marizópolis, Massaranduba, Matinhas, Maturéia, Montadas, Monte Horebe, Monteiro, Mulungu, Nazarezinho, Nova Floresta, Nova Olinda, Nova Palmeira, Olho d'Água, Oivedos, Ouro Velho, Parari, Passagem, Paulista, Pedra Branca, Pedra Lavrada, Pedras de Fogo, Piancó, Picuí, Pilar, Pilões, Pilõesinhos, Pirpirituba, Pitimbu, Pocinhos, Poço Dantas, Poço José de Moura, Pombal, Princesa Isabel, Puxinanã, Queimadas, Quixaba, Remígio, Riachão do Poço, Riacho de Santo Antônio, Riacho dos Cavalos, Rio Tinto, Salgadinho, Salgado de São Felix, Santa Cecília, Santa Cruz, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Rita, Santa Terezinha, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, Santo André, São Bentinho, São Bento, São Domingos do Cariri, São Francisco, São João do Tigre, São José da Lagoa Tapada, São José de Caiana, São José de Espinharas, São José de Piranhas, São José de Princesa, São José do Bonfim, São José do Brejo do Cruz, São José do Sabugi, São José dos Cordeiros, São José dos Ramos, São Mamede, São Miguel de Taipu, Sapé, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Serra Redonda, Serraria, Sobrado, Solânea, Soledade, Sossego, Sousa, Sumé, Taperoa, Tavares, Uiraúna, Umbuzeiro, Várzea, Vieirópolis, Vista Serrana e Zabelê.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou, e eu, Deputado Adriano Galdino, Presidente desta Casa Legislativa, nos termos do art. 20, inciso V, alínea "m" combinado com o art. 255, V, da Resolução nº 1.578, de 19 de dezembro de 2012 (Regimento Interno), PROMULGO o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257/2020

Art. 1º Fica reconhecida, exclusivamente, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Medida Cautelar, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 6357, de 29 de março de 2020, a ocorrência do estado de calamidade pública dos municípios de Água Branca, Aguiar, Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Arara, Araruna, Areia, Areial, Aroeiras, Assunção, Baía da Traição, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de São Miguel, Bayeux, Belém, Belém do Brejo do Cruz, Bernardino Batista, Boa Ventura, Boa Vista, Bom Jesus, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Caaporã, Cabaceiras, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Areia, Cacimbas, Caiçara, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Camalaú, Capim, Caráúbas, Carrapateira, Catingueira, Catolé do Rocha, Caturité, Conceição, Conrado, Conde, Congo, Cubati, Cuité, Curral de Cima, Curral Velho, Desterro, Duas Estradas, Emas, Esperança, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Guarabira, Gurinhém, Gurjão, Igaracy, Imaculada, Itabaiana, Jacaraú, Jericó, João Pessoa, Joca Claudino, Juazeirinho, Juripiranga, Juru, Lagoa de Dentro, Lagoa Seca, Lagoa, Livramento, Mae d'Água, Malta, Marcação, Marizópolis, Massaranduba, Matinhas, Maturéia, Montadas, Monte Horebe, Monteiro, Mulungu, Nazarezinho, Nova Floresta, Nova Olinda, Nova Palmeira, Olho d'Água, Oivedos, Ouro Velho, Parari, Passagem, Paulista, Pedra Branca, Pedra Lavrada, Pedras de Fogo, Piancó, Picuí, Pilar, Pilões, Pilõesinhos, Pirpirituba, Pitimbu, Pocinhos, Poço Dantas, Poço José de Moura, Pombal, Princesa Isabel, Puxinanã, Queimadas, Quixaba, Remígio, Riachão do Poço,

Esperança, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Guarabira, Gurinhém, Gurjão, Igaracy, Imaculada, Itabaiana, Jacaraú, Jericó, João Pessoa, Joca Claudino, Juazeirinho, Juripiranga, Juru, Lagoa de Dentro, Lagoa Seca, Lagoa, Livramento, Mae d'Água, Malta, Marcação, Marizópolis, Massaranduba, Matinhas, Maturéia, Montadas, Monte Horebe, Monteiro, Mulungu, Nazarezinho, Nova Floresta, Nova Olinda, Nova Palmeira, Olho d'Água, Oivedos, Ouro Velho, Parari, Passagem, Paulista, Pedra Branca, Pedra Lavrada, Pedras de Fogo, Piancó, Picuí, Pilar, Pilões, Pilõesinhos, Pirpirituba, Pitimbu, Pocinhos, Poço Dantas, Poço José de Moura, Pombal, Princesa Isabel, Puxinanã, Queimadas, Quixaba, Remígio, Riachão do Poço, Riacho de Santo Antônio, Riacho dos Cavalos, Rio Tinto, Salgadinho, Salgado de São Felix, Santa Cecília, Santa Cruz, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Rita, Santa Terezinha, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, Santo André, São Bentinho, São Bento, São Domingos do Cariri, São Francisco, São João do Tigre, São José da Lagoa Tapada, São José de Caiana, São José de Espinharas, São José de Piranhas, São José de Princesa, São José do Bonfim, São José do Brejo do Cruz, São José do Sabugi, São José dos Cordeiros, São José dos Ramos, São Mamede, São Miguel de Taipu, Sapé, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Serra Redonda, Serraria, Sobrado, Solânea, Soledade, Sossego, Sousa, Sumé, Taperoa, Tavares, Uiraúna, Umbuzeiro, Várzea, Vieirópolis, Vista Serrana e Zabelê.

Art. 2º Os efeitos do reconhecimento da ocorrência do estado de calamidade pública de que trata este Decreto Legislativo perdurarão durante o período de tempo estabelecido nos decretos municipais encaminhados à Assembleia Legislativa, ou até 31 de dezembro de 2020, nos termos do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, aprovado pelo Congresso Nacional, em observância ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, na ADI 6357 MC/DF.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, em 08 de abril de 2020.

ADRIANO GALDINO  
Presidente

## SECRETARIA LEGISLATIVA

## PARECER

## ANÁLISE DOS PEDIDOS DE RECONHECIMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020. Pedidos dos Prefeitos municipais à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para fins de reconhecer o estado de calamidade pública. Art. 65, da Lei Complementar nº 101/2000 combinado com o art. 254, I e II da Resolução nº 1.578/2012. Requisitos preenchidos. Voto pela aprovação da matéria legislativa.

AUTOR (A): MESA DIRETORA

RELATOR (A) ESPECIAL: DEP. BUBA GERMANO

PARECER DA RELATORIA ESPECIAL

## I - RELATÓRIO

Esta Relatoria recebe para análise e parecer o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, consubstanciado pela Mesa Diretora, que "Aprova estado de calamidade pública nos municípios que especifica: Água Branca, Aguiar, Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Arara, Araruna, Areia, Areial, Aroeiras, Assunção, Baía da Traição, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de São Miguel, Bayeux, Belém, Belém do Brejo do Cruz, Bernardino Batista, Boa Ventura, Boa Vista, Bom Jesus, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Caaporã, Cabaceiras, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Areia, Cacimbas, Caiçara, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Camalaú, Capim, Caráúbas, Carrapateira, Catingueira, Catolé do Rocha, Caturité, Conceição, Conrado, Conde, Congo, Cubati, Cuité, Curral de Cima, Curral Velho, Desterro, Duas Estradas, Emas, Esperança, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Guarabira, Gurinhém, Gurjão, Igaracy, Imaculada, Itabaiana, Jacaraú, Jericó, João Pessoa, Joca Claudino, Juazeirinho, Juripiranga, Juru, Lagoa de Dentro, Lagoa Seca, Lagoa, Livramento, Mae d'Água, Malta, Marcação, Marizópolis, Massaranduba, Matinhas, Maturéia, Montadas, Monte Horebe, Monteiro, Mulungu, Nazarezinho, Nova Floresta, Nova Olinda, Nova Palmeira, Olho d'Água, Oivedos, Ouro Velho, Parari, Passagem, Paulista, Pedra Branca, Pedra Lavrada, Pedras de Fogo, Piancó, Picuí, Pilar, Pilões, Pilõesinhos, Pirpirituba, Pitimbu, Pocinhos, Poço Dantas, Poço José de Moura, Pombal, Princesa Isabel, Puxinanã, Queimadas, Quixaba, Remígio, Riachão do Poço,

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/02/2020 | Edição: 27 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Ato do Poder Legislativo

## LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

### OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

§ 1º As medidas estabelecidas nesta Lei objetivam a proteção da coletividade.

§ 2º Ato do Ministro de Estado da Saúde disporá sobre a duração da situação de emergência de saúde pública de que trata esta Lei.

§ 3º O prazo de que trata o § 2º deste artigo não poderá ser superior ao declarado pela Organização Mundial de Saúde.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

Parágrafo único. As definições estabelecidas pelo Artigo 1 do Regulamento Sanitário Internacional, constante do [Anejo ao Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020](#), aplicam-se ao disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - isolamento;

II - quarentena;

III - determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou

e) tratamentos médicos específicos;

IV - estudo ou investigação epidemiológica;

V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;



VI - restrição excepcional e temporária de entrada e saída do País, conforme recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por rodovias, portos ou aeroportos;

VII - requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

VIII - autorização excepcional e temporária para a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa, desde que:

a) registrados por autoridade sanitária estrangeira; e

b) previstos em ato do Ministério da Saúde.

§ 1º As medidas previstas neste artigo somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.

§ 2º Ficam assegurados às pessoas afetadas pelas medidas previstas neste artigo:

I - o direito de serem informadas permanentemente sobre o seu estado de saúde e a assistência à família conforme regulamento;

II - o direito de receberem tratamento gratuito;

III - o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas, conforme preconiza o Artigo 3 do Regulamento Sanitário Internacional, constante do [Anexo ao Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020](#).

§ 3º Será considerado falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente das medidas previstas neste artigo.

§ 4º As pessoas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste artigo, e o descumprimento delas acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei.

§ 5º Ato do Ministro de Estado da Saúde:

I - disporá sobre as condições e os prazos aplicáveis às medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo; e

II - concederá a autorização a que se refere o inciso VIII do **caput** deste artigo.

§ 6º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e da Justiça e Segurança Pública disporá sobre a medida prevista no inciso VI do **caput** deste artigo.

§ 7º As medidas previstas neste artigo poderão ser adotadas:

I - pelo Ministério da Saúde;

II - pelos gestores locais de saúde, desde que autorizados pelo Ministério da Saúde, nas hipóteses dos incisos I, II, V, VI e VIII do **caput** deste artigo; ou

III - pelos gestores locais de saúde, nas hipóteses dos incisos III, IV e VII do **caput** deste artigo.

Art. 4º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no [§ 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Art. 5º Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de:

I - possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus;



II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus.

Art. 6º É obrigatório o compartilhamento entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo coronavírus, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação.

§ 1º A obrigação a que se refere o **caput** deste artigo estende-se às pessoas jurídicas de direito privado quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária.

§ 2º O Ministério da Saúde manterá dados públicos e atualizados sobre os casos confirmados, suspeitos e em investigação, relativos à situação de emergência pública sanitária, resguardando o direito ao sigilo das informações pessoais.

Art. 7º O Ministério da Saúde editará os atos necessários à regulamentação e operacionalização do disposto nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de fevereiro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Sérgio Moro*

*Luiz Henrique Mandetta*

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/02/2020 | Edição: 24-A | Seção: 1 - Extra | Página: 1

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 188, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020;

Considerando que o evento é complexo e demanda esforço conjunto de todo o Sistema Único de Saúde para identificação da etiologia dessas ocorrências e adoção de medidas proporcionais e restritas aos riscos;

Considerando que esse evento está sendo observado em outros países do continente americano e que a investigação local demanda uma resposta coordenada das ações de saúde de competência da vigilância e atenção à saúde, entre as três esferas de gestão do SUS;

Considerando a necessidade de se estabelecer um plano de resposta a esse evento e também para estabelecer a estratégia de acompanhamento aos nacionais e estrangeiros que ingressarem no país e que se enquadram nas definições de suspeitos e confirmados para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV); e

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, resolve:

Art. 1º Declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional conforme Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

Art. 2º Estabelecer o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional.

Parágrafo único. A gestão do COE estará sob responsabilidade da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS).

Art. 3º Compete ao COE-nCoV:

I- planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante a ESPIN, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministro de Estado da Saúde;

II- articular-se com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS;

III- encaminhar ao Ministro de Estado da Saúde relatórios técnicos sobre a ESPIN e as ações administrativas em curso;

IV - divulgar à população informações relativas à ESPIN; e

V - propor, de forma justificada, ao Ministro de Estado da Saúde:

a) o acionamento de equipes de saúde incluindo a contratação temporária de profissionais, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

b) a aquisição de bens e a contratação de serviços necessários para a atuação na ESPIN;

c) a requisição de bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, nos termos do inciso XIII do caput do art. 15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA

---

**PALÁCIO MUNICIPAL  
GABINETE DO PREFEITO**

**DESPACHO**

**Processo nº 3357/2020**

**Assunto: Pagamento - aquisição de material  
hospitalar.**

**À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:**

Encaminho a esta secretaria, para conhecimento e providências pertinentes que o caso requer.

Em, 08/10/2020



**Vital da Costa Araújo**  
Prefeito Constitucional



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA

---

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E  
RECEITA DA PMA

DESPACHO

Ao Setor de Contabilidade:

Para informar reserva orçamentária, caso exista, juntar empenho da despesa,  
após, retorne os autos.

Em, 08/10/2020



Fabio Veriato da Câmara  
Secretário da SPARR



**Fundo Municipal de Saúde de Araruna - CNPJ: 11.667.845/0001-51**

Secretaria de Saúde

Departamento de Contabilidade

**NE-Nota de Empenho Nº 1114**

Data: 08/10/2020

Anexo: 0

Valor:

**13.692,60**

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unid.Orç. 03.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 Unid.Gestora: 03.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 Programa: 10 302 0012 SAUDE AO ALCANCE DE TODOS  
 Nº da Ficha: 649 Modalidade: 0-Ordinário  
 Proj/Ativ/Op.Esp: 2067 COORD.DAS ATIV.DO BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
 Elem. Despesa 3390.30 Material de Consumo  
 SubElem. Orç: 0019 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO  
 Fonte de Rec.: 1214 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Feder  
 SubElem. Emp.: 012 MATERIAL HOSPITALAR  
 Meta.: 9-Despesa COVID-19

Mod. da Licitação

Nº Licitação

Nº Contrato

Data Homologação

0-Sem Licitação

Aditivo Nº

Data Inicial

Data Final

Favorec.: 1616 ENDOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA.  
 CPF/CNPJ: 70.104.344/0001-26 Insc. Mun: Insc. Estadual:

Ident.:

Endereco: RUA TEIXEIRA DE FREITAS, 552

Bairro: CENTENARIO

Cidade: CAMPINA GRANDE

CEP: 58.428-060

Fone:

Fax:

Cód.Banco:

Agência:

C/C:

Aq:	Histórico:	Unid.	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
-----	------------	-------	------------	-------------	-------------

IMPORTANCIA EMPENHADA PARA PAGAMENTO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, DESTINADOS A ATENDER AOS SERVIDORES DOS PSF, PRONTO ATENDIMENTO E SAMU DESTE MUNICIPIO, EM VIRTUDE DO COMBATE AO COVID-19, CONFORME PROCESSO ANEXO.

DESCONTOS NA FONTE

ALÍQUOTA

DESCONTO

Conta Bancária:

TOTAL DOS DESCONTOS

0,00

Nº Cheq.:

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Pessoa Atesto Liquidação:

Saldo Ant. Orç.

Valor

Saldo Atual

Líquido

207.416,38

13.692,60

193.723,78

13.692,60

Dt. Atesto

Dt. Previsão Pagamento

Ordenador da Despesa - Gestora

Tesoureiro

Emitido por:

ERICA LOUDAL FLORENTINO TEIXEIRA DA COSTA

JULIANA CÂMARA DA FONSECA LIMA

TERCILIA PEQUENO MARINHO DA SILVA



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA**

Rua Professor Moreira, 21, Centro – Cep.: 58.233-000  
CNPJ: 08.927.105/0001-00 - Tel. (83) 3373-1010

**DESPACHO**

**A Sec. De Administração,**

Segue empenho conforme despacho.

Em, 08/10/2020.

  
Tercina Pequeno M. da Silva  
Contabilidade

RECEBEMOS DE ENDOMED COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS LTDA OS PRODUTOS/SERVICOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO. DESTINATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARUNA - RUA PROFESSOR MOREIRA 21 CENTRO ARARUNA-PB		NF#
DATA DE RECEBIMENTO:	IDENTIFICACAO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº 10431 EMISSÃO: 08/10/2020
		SÉRIE: 1 VALOR TOTAL: 13.691,60

 <b>ENDOMED COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS LTDA</b> RUA TEIXEIRA DE FREITAS, 552 - CENTENARIO - CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58428060 FONE/FAX: 8333439001 EMAIL: ENDOMED.NE@GMAIL.COM	<b>DANFE</b> Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada <b>1</b> 1 - Saída Nº 000.010.431 <b>SÉRIE: 1</b> Página 1 de 1	CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 2520 1070 1043 4400 0126 5500 1000 0104 3112 0320 5009 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da Sefaz Autorizadora
		NATURALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO <b>VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE T</b>

INSCRIÇÃO ESTADUAL 161027946	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT. CNPJ 70.104.344/0001-26
---------------------------------	---

<b>DESTINATÁRIO/REMETENTE</b>		CNPJ/CPF	DATA EMISSÃO
NOME RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARUNA		11.667.845/0001-51	08/10/2020
ENDEREÇO RUA PROFESSOR MOREIRA 21	BAIRRO CENTRO	CEP 58233000	DATA ENTRADA/SAÍDA 08/10/2020
MUNICÍPIO ARARUNA	UF PB	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA ENTRADA/SAÍDA 14:51

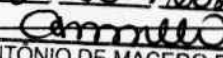
FATURA	Nº	Vencimento	Valor	Nº	Vencimento	Valor	Nº	Vencimento	Valor
	001	08/10/2020	13.691,60						

<b>CÁLCULO DO IMPOSTO</b>		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST	VALOR DOS PRODUTOS
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	2.163,60	389,45	0,00	0,00	13.691,60
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DISCONTOS	0,00
		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00	VALOR DO IPI	0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA	13.691,60

<b>TRANSPORTADORA/VOLUMES TRANSPORTADOS</b>		FRETE POR CONTA 0 - Remetente (CIF)	CODIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ/CPF
RAZÃO SOCIAL						
ENDEREÇO		MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	
0				0,000	0,000	

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	LOTE / VALIDADE	NCM/SH	QTD	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	ALÍQ. ICMS
3903	PAPEL LENÇOL HOSP. 50X50- Marca: SAPPORO	000 02/07/2025	48189090	32	6,30	201,60	201,60	36,29	18,00
3904	PAPEL LENÇOL HOSP. 70X50- Marca: SAPPORO	000 02/07/2025	48189090	32	8,80	281,60	281,60	50,69	18,00
3595	COMPRESSA DE GAZE 9F 7,5X7,5 PCT C/500UNDS- Marca: V E	167 30/04/2025	30059090	80	9,10	728,00	0,00	0,00	0,00
319	ALGODAO HIDROFILO PCT C/500G- Marca: NATHALYA	0720 02/07/2025	30059090	40	13,00	520,00	0,00	0,00	0,00
3493	LUVA LATEX DE PROCEDIMENTO P CX C/100UND- Marca: UNIGLOVES	226129200 30/04/2025	96190000	20	55,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
1695	EQUIPO MACROGOTAS C/INJETOR LATERAL- Marca: TKL	HDEMA06-200413 30/04/2025	90189010	260	1,35	351,00	351,00	63,18	18,00
1695	EQUIPO MACROGOTAS C/INJETOR LATERAL- Marca: TKL	HDEMA06-200418 30/04/2025	90189010	400	1,35	540,00	540,00	97,20	18,00
4242	GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO 9FIOS- Marca: KASMED	191107 07/11/2024	30059090	80	46,00	3.680,00	0,00	0,00	0,00
4276	LAMINA DE BISTURI N 24 CX C/100UNDS- Marca: UNIQ MED	190501 30/04/2024	90189029	6	29,90	179,40	179,40	32,29	18,00
2277	LUVA DE LATEX DE PROCEDIMENTO PP CX C/100 UND- Marca: GLOMED	2397 30/06/2025	40151900	40	55,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00
4039	LUVA LATEX DE PROCEDIMENTO G CX C/100UND- Marca: MEDIX	BR117/20 28/02/2025	40151900	60	55,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00
1716	DETERGENTE ENZIMATICO 1000ML- Marca: VICK PHARMA	54497 31/03/2022	35079039	10	61,00	610,00	610,00	109,80	18,00

<b>DADOS ADICIONAIS</b>	RESERVADO AO FISCO
-------------------------	--------------------

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Valor Aprox. R\$ 129,82(0,95) Federal, R\$ 556,38(4,06) Estadual Fonte: IBPT DEPOSITO BANCARIO: BANCO DO BRASIL - AGENCIA: 0063-9 CONTA CORRENTE: 10646-1.	QUE O MATERIAL / SERVIÇO FOI RECEBIDO / PRESTADO Em: 08/10/2020 
---	--

ANTONIO DE MACEDO FILHO  
 Assessor de Recebimento de Compras  
 MAT. 11.217



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA**

---

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E  
RECEITA DA PMA**

**DESPACHO**

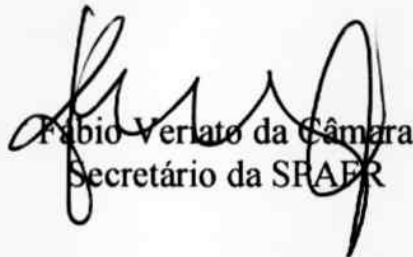
**PROCESSO Nº 3357/2020**

**ASSUNTO: Pagamento – aquisição de material médico hospitalar.**

**À PROCURADORIA JURÍDICA:**

**Encaminhado para pronunciar-se.**

**Em, 09/10/2020**

  
Fábio Veriato da Câmara  
Secretário da SRAER





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3357/2020**

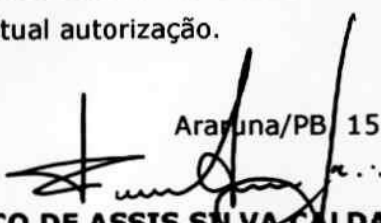
Trata-se de solicitação formulada pelo Secretário de Planejamento, Administração, Finanças e Receita desta Edilidade, objetivando a autorização para pagamento de materiais médico-hospitalares destinados a Secretaria de Saúde deste Município, e adquiridos junto a empresa **ENDOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA**, a fim de serem utilizados para o enfrentamento ao coronavírus - COVID 2019.

Consta nos autos o extrato do contrato, oriundo de procedimento licitatório; cópia de legislação concernente ao COVID; a nota de empenho; e a nota fiscal eletrônica.

Ante o exposto, opinamos pela concessão desta demanda, com o pagamento devido, desde que sejam acostadas as certidões negativas comprobatórias da regularidade da empresa e atestado o fornecimento.

Encaminhem-se os presentes a Controladoria. Após, ao Gabinete do Prefeito para conhecimento e eventual autorização.

Araruna/PB 15 de outubro de 2020.

  
**FRANCISCO DE ASSIS SILVA CALDAS JÚNIOR**  
**PROCURADOR GERAL**  
**OAB/PB 5.900**

**IVANA SAMARA ALCÂNTARA DE LIMA**  
**ASSESSORA JURÍDICA**  
**OAB/PB 21.646**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA

---

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 3357/20

NOTA DE EMPENHO - 000001114 - FMS

INTERESSADO - ENDOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE  
MEDICAMENTOS LTDA

PARECER DE CONTROLE INTERNO (PAGAMENTO)

Diante do rito seguido no processo, observa-se abaixo todo o andamento necessário desde despachos internos, publicação de extrato de contrato em Diário Oficial, além da Nota de Empenho com dotação orçamentária e Nota Fiscal junto ao atesto da comissão de recebimento e por último, Parecer jurídico.

Levados em consideração tais procedimentos, mediante **aquisição de material médico hospitalar, destinados a atender as necessidades dos Servidores do Pronto Atendimento, SAMU e Unidades Básicas de Saúde deste município, conforme processo anexo**, por sua vez em fase de pagamento, resta a apresentação de certidões para a comprovação de regularidade fiscal e posterior a isso, proceder com o pagamento conforme designação do Gestor Municipal.

Salvo melhor juízo, é o nosso parecer.

Araruna/PB, 22 de outubro de 2020

---

Charles Matias Henrique de Pontes

Controlador Geral do Município

---

Rua: Professor Moreira, 21 - Centro - CEP 58.233-000 - Araruna/PB

Tel: (83) 3373-1010

CNPJ: 08.927.105/0001-00



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ARARUNA**

---

**PALÁCIO MUNICIPAL  
GABINETE DO PREFEITO**

**DESPACHO**

**Processo nº 3357/2020  
Assunto: Pagamento.**

**À Tesouraria:**

Antes a documentação acostada aos autos, trata-se de pagamento de material hospitalar destinados aos servidores dos PSF, à empresa ENDOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA, destinado a Secretaria de Saúde, contrato nº 00011/2020.

Consubstanciado pelo parecer da PROJU, preenchido todos os requisitos, encaminho à tesouraria autorizando o pagamento.

Em, 26/10/2020.



**Vital da Costa Araújo**  
Prefeito Constitucional



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ENDOMED COM E REP DE MEDICAMENTOS LTDA**  
**CNPJ: 70.104.344/0001-26**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:03:41 do dia 21/04/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/10/2020.

Código de controle da certidão: **C5FB.8824.3D33.8009**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 70.104.344/0001-26

**Razão Social:** ENDOMED COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS LTDA

**Endereço:** R TEIXEIRA DE FREITAS 552 / CENTENARIO / CAMPINA GRANDE / PB /  
58108-610

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 19/10/2020 a 17/11/2020

**Certificação Número:** 2020101901421101196422

Informação obtida em 27/10/2020 11:22:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ENDOMED COM E REP DE MEDICAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 70.104.344/0001-26

Certidão n°: 27974555/2020

Expedição: 27/10/2020, às 11:20:15

Validade: 24/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ENDOMED COM E REP DE MEDICAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 70.104.344/0001-26, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

## **CERTIDÃO NEGATIVA PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL**

Certificamos para os devidos fins, em atendimento ao requerimento protocolado sob o nº **23.142-2020** que até a presente data, não consta em nossos arquivos, débitos tributários (Mobiliários e Imobiliários) para com a Fazenda Municipal, nos termos do art. 151, VI da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), de responsabilidade do contribuinte **ENDOMED COM E REP DE MEDICAMENTOS LTDA** de CNPJ nº **70.104.344/0001-26**, inscrito no Cadastro Municipal de Contribuinte CMC com o nº **323827**, ficando ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar qualquer débito que venha a ser apurado em levantamento posterior.

Certidão expedida nos termos do art. 23, da Lei Complementar nº 050, de 29 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 205 e 206, da Lei nº 5.172, de 25.10.1966 (Código Tributário Nacional).

**Válida por 120 (cento e vinte) dias**

**Campina Grande, 31 de Agosto de 2020.**



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

# CERTIDÃO

CÓDIGO: **CB10.4543.2CB9.B633**

Emitida no dia 15/10/2020 às 11:47:33

Nome Empresarial:

**ENDOMED COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS LTDA**

Endereço:

**TEIXEIRA DE FREITAS**

Número:

**552**

Complemento:

Bairro:

**CENTENARIO**

Município:

**CAMPINA GRANDE**

CEP:

**58428-060**

Inscr. Estadual:

**16.102.794-6**

Situação Cadastral:

**ATIVO**

CNPJ/CPF:

**70.104.344/0001-26**

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.receita.pb.gov.br](http://www.receita.pb.gov.br).

**CONCEDIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 159 DA LEI 10.094, DE 27/09/2013.**





# CERTIDÃO

CÓDIGO: **CB10.4543.2CB9.B633**

Emitida no dia 15/10/2020 às 11:47:33

Nome Empresarial:

**ENDOMED COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS LTDA**

Endereço:

**TEIXEIRA DE FREITAS**

Número:

**552**

Complemento:

Bairro:

**CENTENARIO**

Município:

**CAMPINA GRANDE**

CEP:

**58428-060**

Inscr. Estadual:

**16.102.794-6**

Situação Cadastral:

**ATIVO**

CNPJ/CPF:

**70.104.344/0001-26**

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.receita.pb.gov.br](http://www.receita.pb.gov.br).

**CONCEDIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 159 DA LEI 10.094, DE 27/09/2013.**





G333271544148871008

27/10/2020 15:47:14

---

**Transferência entre contas diversas****Debitado**

---

Nome	PB 250100 FMS CUSTEIO SUS
Agência	1344-7
Conta corrente	2602-6

**Creditado**

---

Nome	ENDOMED MEDICAMENTOS LTDA
Agência	63-9
Conta corrente	10646-1
Valor	13.691,60
Data	Nesta data

---

Assinada por	JB540860 JULIANA CAMARA DA FONSECA LIMA
	JB540831 AMERICA LOUDAL FLORENTINO TEIXEIRA

27/10/2020 15:46:13

27/10/2020 15:47:14

Transação efetuada com sucesso.

---

Transação efetuada com sucesso por: JB540831 AMERICA LOUDAL FLORENTINO TEIXEIRA.